ALJUSTREL, ONDE A HIPERMODERNIDADE ENCONTRA O ARCAÍSMO ★ ÁLCOOL E ANARQUIA ★ MASSEY FERGUNSON

ALAMBIQUE

#III FEV '10



A memória e o Fogo
conversa com jorge valadas

Aljustrel terra de iuta?
passado e presente

O PROGRESSO A TODA A VELOCIDADE ★ PARA UMA CIVILIZAÇÃO DO GESTO NOBRE



#3

Centro de Cultura Anarquista
GONÇALVES CORREIA

goncalvescorreia.blogspot.com
gonçalvescorreia@hotmail.com

Editorial

AS PÁGINAS QUE SE SEGUEM cruzam-se propositadamente entre si. Nelas surge um olhar para um passado (recente), que não tem outro objectivo senão o de querer experimentar agora um possível futuro. Quisemos reaver uma história cujo silêncio dos seus protagonistas – a geração dos nossos pais – é muito mais incómoda do que a lembrança diária de vivermos numa sociedade alienada. Daí a importância, como nos diz Jorge Valadas, de recuperar na nossa memória social as virtualidades da insurreição social do 25 de Abril. E ver que o problema não foi a derrota, mas a integração e a submissão desses homens e mulheres cujos valores transmitidos aos seus filhos assentaram unicamente nos valores consumistas desta sociedade capitalista do bem-estar e do progresso.

Hoje não se luta por grandes ideais. Mas os anarquistas sabem-se acompanhados na crescente conflituosidade social de quem hoje luta pela sua sobrevivência quotidiana. Por mais "planos tecnológicos" de desenvolvimento que nos rodeiam e que nos prometem, o sistema é cada vez mais incapaz de esconder os sinais da sua própria crise e falência. O cada vez maior aparato estatal e de controlo que nos cerca, apenas nos envolve cada vez mais nesse estado de latente conflito, sobre o qual a principal preocupação que reina, é a de que por via do medo nos digladiemos apenas uns com os outros e não saibamos dirigir pronta e directamente o ataque.

A necessidade de referências, é pois, mais do que nunca necessária para ajudar a agir e a pensar o futuro. Uma das referências que temos insistido surge em torno da "ruralidade". Porque no evoluir da relação do Homem com o Campo se explica hoje boa parte do desastre da presente humanidade, edificada que foi esta numa relação do domínio tecnológico e economicista sobre a natureza. Uma relação que esvaziou e impediu a sã relação do homem com a terra, naquilo que era a ruralidade. Reivindicar essa memória telúrica com a natureza, não só é urgente como pode acontecer em várias e diversificadas experiências que podemos empreender.

Estes caminhos futuros não serão possíveis sem um compromisso, antes de tudo individual, e o qual, por diversas formas, assumirá um sem fim de possibilidades. E para que ainda estejamos a tempo, não há lugar nesse caminho ao consenso com o desenvolvimento capitalista que agora dizem de sustentável. Como não há tempo para que as nossas vidas sejam mediadas pelo sindicalismo que negoceia a "paz social" com os patrões, ou com os ecologistas que se esgrimem por um minuto verde nestas horas de morte... "A ruptura, quando existiu e se existir de novo, só será possível a partir de um movimento social profundo que põe em causa os fundamentos da produção actual, a sua lógica".

Alentejo, Janeiro de 2010

O ALAMBIQUE É FEITO A PARTIR DE TEXTOS DE UM CERTO GRUPO EDITORIAL E DE ALGUMAS COLABORAÇÕES A QUEM AGRADECEMOS. CCA.ALAMBIQUE@GMAIL.COM / APT. 76, 7600 ALJUSTREL
DESIGN GRÁFICO E ILUSTRAÇÃO : WWW.FASTNBULBOUS.EU ; CAPA: CARQUEJA ; FOTOS: F. NUNES E M. FERGUNSON.

ALAMBIQUE

Alambique, s.m. [do ár. 'anbiq]
1. Aparelho próprio para realizar destilações;
2. Fig. Aquilo que serve para apurarou aprimorar.

ALAMBIQUE #3
FEVEREIRO 2010



ALJUSTREL TERRA DE LUTA?

PASSADO E PRESENTE

«Por dinheiro o Homem torna-se brutal, violento, agressivo, invejoso, ganancioso, espoliador, conquistador, anti-humano.»

Edgar Rodrigues

Aljustrel, conhecida por ser terra de minas e de Homens de luta. Minas e lutas sociais, por estas paragens, quase sempre um binómio. Actualmente, nem uma coisa, nem outra. Por estes dias a história - essas outras histórias - pouco ou nada é recordada. A luta já não parece fazer sentido. A mina, por um lado, com a riqueza, o lucro para os investidores. A luta por outro, a forma de subsistir e não se ser esmagado pelos que procuram, esse lucro a qualquer custo.

Quando se fala de luta em Aljustrel fala-se mesmo em luta e esta luta não é comparável a qualquer mote de cartaz de campanha. Fala-se de períodos conturbados, de crises. De crises diferentes da que vivemos hoje em dia. De dias em que se lutava para se poder ter comida ao fim do dia (embora a crise de hoje ponha também muita gente a braços com questões básicas de sobrevivência). Historicamente, podemos situar no tempo os pontos altos, em termos de intensificação dessa luta: o ano de 1922, a década de sessenta e, de alguma forma, o período pós 25 de Abril. Como exemplo dessa combatividade, gostaria de falar aqui, em traços gerais, da paralisação de 1922, um exemplo dado pelos mineiros, mas não só, que se uniram contra a ganância e agressividade em nome do lucro da especulação.

Em 1922 a grande maioria das pessoas em Aljustrel, vivia a miséria dia-a-dia. Uma altura em que os donos da mina, tal como hoje, detinham os poderes e as forças de ordem. Como se costuma dizer tinham "as costas quentes" independentemente da moral/ética da sua acção (basta saber ver a proximidade entre o "casarão" do administrador da mina e o antigo posto da GNR), independentemente das consequências da espoliação óbvia dos trabalhadores da mina. Alguns comerciantes, e até o administrador do concelho, estavam do lado dos trabalhadores. Os primeiros, mais não fosse, para que pudessem ganhar também eles um pouco mais, através da melhoria de vida dos mineiros. Logo aqui, podemos fazer um paralelismo com os nossos dias, relativamente ao apoio, por parte do resto da população, aos mineiros. É que, nem que fosse motivada por perspectivas de aumento dos seus ganhos, até os comerciantes de ontem (ainda que nem todos, nem durante todas as fases da luta como se verá adiante) apoiavam activamente a luta. Os de hoje, e mesmo ao resto da população parece passar-lhe ao lado esta questão dos despedimentos. Hoje ouvimos, e na melhor das hipóteses, o lamento comezinho e constatamos a inércia generalizada.

As revindicações da altura serviam à conquista de melhorias no que auferiam ao dia, assim como de melhores condições de trabalho. Com muita "rapidez", o director da mina fez promessas, ao que parece, como acontece sempre que se vive algum momento de crise e se é pressionado pelo insurgir dos trabalhadores. Mas, como pessoas de ontem, talvez mais acostumadas à lógica do ver para crer, não cantaram vitória sobre promessas vazias (como talvez mais facilmente hoje se faz). A paralisação seguiu, e os únicos mineiros que iam trabalhar iam a coberto da noite, pois mais



do que receio de represálias, tinham medo de ser vistos como traidores dos companheiros, amarelos, como se lhes chamavam…

Esta luta, foi de tal envergadura que, houveram várias iniciativas a nível nacional para ajudar os grevistas, chegando mesmo a partir da, então, libertária CGT. Essa ajuda traduziu-se, por exemplo, no apoio aos filhos dos mineiros, que eram levados famintos para casa de companheiros de outras terras. O desfile da leva dos filhos dos mineiros até à estação de comboios, acabou, mais tarde, por chegar mesmo a ser reprimido. A partir daí, e porque o director da mina assim quis, foi mesmo fechada a casa da associação dos mineiros, depois do rebentamento de uma bomba atribuída aos grevistas.

Com os dias a passar, e percebendo-se que os mineiros não cediam, alguns encarregados voltaram ao trabalho, apesar de muitos deles (que ganhavam muito melhor que um mineiro) não quererem passar por traidores e acabarem por ser despedidos. Até o responsável pelo abastecimento de trigo à vila se solidarizou com a sua causa, deixando de cumprir a sua tarefa, para aumentar a pressão sobre os donos da mina. De cada vez que rebentava um petardo, iam grevistas presos. A greve foi tão grande que, o Estado enviou praças da marinha para evitar mais prejuízos aos donos da mina (também aqui se pode subentender o grau de conexões entre os proprietários da mina e as altas esferas políticas). No meio disto tudo, o próprio administrador do

concelho opta pelo despedimento em face das circunstâncias porque não podia fazer nada ou não quis ser conivente com o que se passava. Assim resistiram os mineiros até Janeiro de 1923, e não foi o cansaço e a miséria que os venceu, mas sim, um acordo entre comerciantes e donos da mina para acabar com o crédito aos mineiros (que lhes permitia os factores mínimos de subsistência). Só quando a solidariedade entre capitalistas (todos aqueles que punham o dinheiro à frente das pessoas) se impôs,é que a luta desmoronou por mais não poder continuar.

Que legado sobreveio para este presente ou esse futuro?

Hoje a luta não chega a desmoronar, porque nem sequer existe! Muito embora, e na verdade, os problemas sociais encontrem algumas semelhanças... Como antes a mina e os mineiros vivem reféns - reféns de políticos, de accionistas, de investidores de preços de zinco e cobre. O objectivo – Lucro substancial impera, com a sua tirania, sobre os que menos ganham, e ainda se espera que estes sejam "pró-activos" e "flexíveis"! Querem qualidade e quantidade, quando em troca dão emprego temporário, mal remunerado e com turnos de 12 horas. Este Lucro é sinónimo de exploração, e o objectivo, supostamente, eternamente incumprido por quem trabalha debaixo de terra, debaixo de 40ºC ou mais… E quando a mina fechar??? Vive-se do quê? Que perspectivas existem de facto? Laboração contínua não é miséria contínua…

E, até mesmo o mais crédulo pergunta, ao fim de quase vinte anos, para onde foi o dinheiro investido? Não falamos só dos investimentos recentes e grandes…falava-se em 17 milhões na reactivação, "aposta" séria e merecedora de credibilidade! Entre 2009 a 2011 falavam, os políticos locais, em trabalhos "efectivos e duradouros". Disto tudo, e como sempre, os trabalhadores não viram nada a não ser o desemprego. Em tempos idos viam, além disso, também repressão, mas esses eram tempos em que as pessoas tinham ideias e lutavam por elas. Talvez, precisamente por isso, hoje não se justifica a tal repressão de outrora. Hoje não se vai a manifestações ou assembleias. Hoje vai-se, quando se vai, aos plenários suplicar, piedosamente, soluções a um ministro. O ministro, também piedosamente, com o seu primeiro-ministro fez promessas, um futuro radioso e sustentado para a mina, trabalhadores e população. E acredita-se, há vinte anos que se acredita, há vinte anos que se fala em "não levantar ondas" porque, com isso, se afastam os potenciais investidores…e o certo é que ninguém quer ficar com a "cruz" do contestatário, e com isso ficar-se responsável pelo afastamento de novos exploradores! Falou-se em milhões depois da privatização, mas para onde foram? Investidos na região, não foram! E defendia-se/ defende-se o investimento privado, "mesmo que até haja alguma exploração de trabalhadores", porque ao fim e ao cabo, isso trará o progresso, a riqueza e a estabilidade. Mas há mais de 100 anos que a mina não dá riqueza, dá fortunas a alguns poucos. E o que é mais importante, a riqueza de um investidor ou de um CEO, ou o bem-estar de 400 famílias? São mais importantes as pessoas ou o lucro? A esta velha questão deviam responder os políticos, locais e nacionais. Não valeria a pena lutar como há quase 100 anos? Para as pessoas nunca houve, jamais haverá lucro. Mas haverá sempre lucro para a elite e/ou senhor investidor dos nossos dias, essa é a premissa intemporal! Seja qual for o grupo que vá, ou que venha, ele não estará interessado em 400 famílias ou nas 12 mil que poderiam beneficiar da existência das minas nesta terra. As pessoas continuam a não interessar. Chega-se ao ponto de não interessar nem às próprias, até as mais directamente envolvidas nestas questões de injustiça e polarização social. Ninguém quer passar por radical, ninguém quer pensar que isto tudo se pode desmoronar (mais?), porque agora estão empenhados em pagar prestações... Cale-se, portanto, o grito inconveniente!

Seja qual for o grupo que vá, ou que venha, ele não estará interessado em 400 famílias ou nas 12 mil que poderiam beneficiar da existência das minas nesta terra. As pessoas continuam a não interessar.

MB

Conversa com **Jorge Valadas**

A MEMÓRIA E O FOGO

JORGE VALADAS nasceu em Lisboa em 1945 e desertou à guerra colonial para Paris em 1967, vivendo o Maio de 1968 ao lado das correntes anti-autoritárias. Colaborador em inúmeras publicações, nos últimos 40 anos conta com diversos ensaios sob o pseudónimo de Charles Reeve publicados em diversos países, fruto do olhar abrangente de um viajante libertário. Pelo meio é electricista, trabalho que lhe mantém o espírito livre para pensar outras questões. Em Portugal salientamos Crónicas Portuguesas (Fenda, 2001). Já em 2008 é editado pela Letra Livre (Lisboa) A Memória e o Fogo, o primeiro livro que assina com o seu próprio nome e que fora editado originalmente em França em 2006.

Partimos da Memória e o Fogo, para uma troca de impressões à volta do conjunto de reflexões aí expostas, entre a história social portuguesa e a análise crua – sem disfarçar um certeiro sarcasmo – da realidade que nos cerca, sobretudo do Alentejo. Da sua leitura fomos impelidos em resgatar a memória insubmissa do espírito popular das lutas do início do século XX à energia subversiva do 25 de Abril.

O ponto de partida em a "Memória e o Fogo" é a literatura utópica de Ângelo Jorge, a qual reflecte igualmente o contexto de Gonçalves Correia, o anarquista que veio a denominar o projecto por detrás do Alambique. Ambos vegetarianos, naturistas e anarquistas, ambos no desejo da revolução social, procurando a "ideia de restauração de uma harmonia primitiva". Nesse contexto recordas como era natural no Alentejo a aliança das utopias sociais e libertárias, no que reportaria à Comuna da Luz de Gonçalves Correia junto desse espírito de "harmonia primitiva" e com associação às revoltas camponesas, como foi a "insurreição alentejana" de 1912, cuja repressão levou aliás ao fim da comuna. Hoje esse espírito está presente seja timidamente nos discursos ecologistas generalizados, seja em pleno na cada vez maior corrente anarquista de sentido "primitivista", ou mais consensualmente de sentido "anti-tecnológico". Porém o dilema de hoje é a ausência da sua aliança com grande parte dos movimentos de revolta social, cingindo-se essas contestações a fenómenos isolados, longe de uma perspectiva global e utópica. As tuas reflexões procuraram resgatar essa aliança ao afirmares que é "a exigência da memória que permitirá reatar o fio condutor dos valores da utopia social emancipadora". Mas como será possível hoje vê-los de novo?

Não penso que a expressão "harmonia primitiva" nos ajude a compreender a história e ainda menos a pensar o futuro. A dita "harmonia primitiva" nunca existiu, menos ainda se pode considerar que, no caso português, a insurreição alentejana de 1912, tenha sido animada por tal ideia. Antes por uma profunda revolta social contra a miséria e a injustiça social que reinava nos campos. O espírito da Comuna da Luz foi decerto baseado no mito igualitário, com traços messiânicos de origem religiosa, presentes na "cultura popular". Importante foi a convergência que se observou entre esse mito e a revolta social, manifestação de um espírito colectivo de insurreição. A Comuna da Luz nunca teria sido referência social sem a insurreição alentejana e a insurreição alentejana ganhou força porque este mito igualitário se mantinha vivaz no espírito dos trabalhadores. Não é no quadro desta

conversa que se pode discutir a relação contraditória entre mito e movimento social. Não penso que o mito seja fundamental ao movimento social, seja ele fascista ou anti-capitalista. A crise das condições materiais de reprodução da vida é decerto mais determinante na mobilização e na acção colectiva. Inversamente, as referências e as experiências históricas, até sob forma de mitos sociais, têm a sua importância na constituição dos movimentos sociais.

O facto é que um mito só pode existir, reproduzir-se e transformar-se em força colectiva, numa situação de antagonismo social, de afrontamento de classes. Veja-se, por exemplo, como a greve geral de Maio 68 aparece hoje como uma data mítica na sociedade francesa em luta contra as consequências sociais das políticas liberais. Na sociedade portuguesa, o 25 de Abril continua a ser reduzido aos seus aspectos politiqueiros e institucionais. Todas as virtualidades de insurreição social destes anos, durante os quais os trabalhadores ganharam poder sobre as suas vidas e procuraram caminhos para a emancipação colectiva, tudo isso desapareceu da memória social. O que poderia ser um mito é esquecimento. Quando a linguagem de revolta integrar a expressão "É preciso um novo 25 Abril" – tal como em França se integrou "É preciso um novo Maio 68" – será sinal que este acontecimento histórico terá passado para o imaginário social dos explorados. A derrota foi de tal maneira arrasadora que apagou da memória todos os traços desta experiência. Cresça a conflituosidade social e logo se manifestará mais interesse pelas experiências do passado, logo se procurarão referências, mais ou menos míticas, para ajudar a agir e a pensar o futuro. Entramos num período de crise do sistema que vai modificar os modos de luta e de pensamento. Que abrirá novas possibilidades.

A "harmonia primitiva" da corrente primitivista é um conceito que responde à necessidade de introduzir referências novas numa época de crise das ideologias. Ela responde sobretudo à rejeição do mundo tecnológico, à crítica do conceito do "progresso", à lógica do produtivismo. Rejeição que é muitas vezes mal articulada com a critica das relações sociais de exploração. Que fica no campo moralizante binário do bem contra o mal. Não me parece que este conceito tenha a força de um mito social. De facto, os antigos mitos sociais (do anarquismo, do comunismo e mesmo do fascismo) estão hoje encobertos pela alienação mercantil. Não há assim convergência possível entre mitos que se apagaram e movimentos sociais que têm dificuldade a afirmar-se. Mas pode bem ser que este eclipse seja superficial, temporário. E uma questão que só terá



uma resposta prática no futuro.

Exprimir a necessidade da utopia colectiva como elemento constituinte de uma revolta social é um mínimo em toda actividade crítica, insubordinada à ordem "natural" das coisas. A exigência da memória deve partir da revalorização da história dos vencidos. Evitando tanto quanto possível as mistificações e os triunfalismos. Também, para analisar as causas das carências actuais de energia e de iniciativa colectiva é indispensável partir da realidade, da caracterização do momento histórico. Há que abordar a sociedade portuguesa no quadro global do capitalismo moderno, no seu movimento contraditório. O que é hoje esta sociedade, e o que já não é?



Miguel Briem

Nesse ponto, torna-se obrigatório falar do fim do mundo rural. O abandono do interior; a destruição da agricultura, apenas viável para a agro-indústria gerada pelo Alqueva; ou pela emergência messiânica do turismo. Localmente sobretudo problemas sociais, mas inscritos globalmente nos problemas naturais dos recursos da água e do sobreaquecimento. Que reflexão fazes do mundo rural na modernidade de hoje?

O "modelo do Alqueva" traduz a integração do espaço rural alentejano no capitalismo agro-industrial da Península Ibérica. O local só pode ser compreendido a partir da evolução geral. O mundo rural de hoje é um espaço mercantil, totalmente capitalista. A indústria da agricultura tem exigências na forma de propriedade, da dimensão e da irrigação presentes no campo alentejano. A produção agrícola industrial obedece às leis do capitalismo, concentração, substituição da força de trabalho pelas máquinas, com o consequente aumento do desemprego de massa. Assim vai, para aí vai, o Alentejo...

Se abordarmos esta evolução numa perspectiva histórica, parece evidente que ela se inscreve na continuidade da Reforma Agrária comunista do fim dos anos 70. O movimento social nos campos, logo após o 25 de Abril, tinha potencialidades diversas e contraditórias. A tendência dominante carregava as utopias sociais do passado e a raiva das lutas anti-latifundiarias do período fascista, reivindicava confusamente uma emancipação social, uma outra maneira de viver. Digamos, para simplificar, que estas aspirações se encontraram reunidas no que se poderia chamar o "modelo Torre Bela" [ocupação no Ribatejo em Abril de 1975]. Esta tendência foi vencida pelo "modelo burocrático" da Reforma Agrária, defendido pelo aparelho político e técnico do PCP. O qual reivindicava os valores da lógica produtivista e da eficácia, conformes às exigências de uma economia nacional estatizada. Esta vitória não foi fácil! Pode-se mesmo dizer que foi uma vitória incompleta. Vários estudos mostram que o "modelo burocrático" das Unidades Colectivas de Produção (UCP) encontrou, no campo, a forte resistência da base do PCP. Os assalariados agrícolas reivindicavam um trabalho, melhor, um salário, para poderem viver e não o contrário. Eles resistiram à lógica produtivista de forma surda e subterrânea. A dificuldade de introduzir os critérios de produtividade nas UCP e a necessidade política de empregar (e pagar) um grande número de trabalhadores, foram a derrota da Reforma Agrária do PCP.

O capitalismo privado, reintroduzido no Alentejo a custo de sangue pelo PS (e no qual foi elemento de

proa este Sr. António Barreto que agora faz figura de pessoa respeitável e da opiniões no Público...), veio relançar o projecto da agricultura industrial capitalista. A mão de obra resistente ao produtivismo foi da Reforma Agrária para os lares de idosos, o pessoal jovem fugiu para emigração ou para as zonas urbanas próximas e as terras foram integradas no "modelo europeu do Alqueva", com uns oásis turísticos pelo meio. O Alentejo vai ter os seus problemas e as suas dificuldades, que são as dos problemas naturais mundiais dos recursos da água e do sobreaquecimento que mencionas. Deixando suspensa uma das questões que determina o nosso futuro: como reorganizar a sociedade de tal forma que a produção alimentar, elemento da reprodução da vida, possa ser controlada pela colectividade. Apesar das suas fragilidades, havia no espírito e nos princípios de funcionamento do "modelo Torre Bela" elementos de uma resposta a esta questão. A resposta do "modelo burocrático" das UCP era produtivista, inscrevia-se totalmente no campo da "economia", isto é, na perpetuação das relações sociais de exploração.

Que elementos, espírito e princípios de funcionamento do "modelo Torre Bela" eram esses?

Estou seguro que nenhum dos indivíduos que participou na ocupação da Torre Bela conhecia a experiência da Comuna da Luz. Meio século de regime autoritário tinha totalmente apagado da memória colectiva este episódio de luta dos trabalhadores alentejanos. No entanto, foi um mesmo espírito de emancipação social que se manifestou nos dois acontecimentos. Através de lutas e revoltas ele havia sido preservado na consciência popular. O trabalho invisível da "velha toupeira"! Não se trata de idealizar as ocupações espontâneas e autónomas – que na altura se chamavam "apartidárias", uma bela expressão, hoje esquecida, da "revolução de 74". Todo movimento social é, por definição, confuso e contraditório. O que caracterizou estas acções colectivas foi o desejo de virar a página da injustiça social, de procurar colectivamente uma nova maneira de viver. Quem viu o belo filme de Ken Loach, "Land and Freedom", lembra a cena em que os trabalhadores rurais discutem em assembleia os problemas da colectivização das terras durante a revolução espanhola. No caso português, em 1974-75, pelas razões históricas que conhecemos, o projecto político do comunismo libertário tinha desaparecido. Alguns valores da revolta igualitária, que tinham sobrevivido enquadrados na actividade comunista, foram, logo após o 25 Abril, abafados pelo projecto autoritário do partido de submeter os trabalhadores às leis de uma economia dirigida pelo Estado, a Reforma Agrária oficial. Apesar disto, e durante um tempo mais ou menos curto, as ocupações espontâneas de terras permitiram que esses valores se exprimissem. Trinta e quatro anos mais tarde, um dos protagonistas activos da "Torre Bela" lembra: "um projecto em que não havia assalariados, as pessoas viviam da distribuição das mais valias, em que se lutava por recompensas iguais para as mulheres. Cada participante tinha uma conta corrente. Os seus dias de trabalho tinham um valor previamente estipulado. Da cantina levava os géneros alimentícios para a família, que eram debitados da sua conta. Quando a cooperativa podia, remunerações em dinheiro eram distribuídas de acordo com o crédito na conta corrente. " [Camilo Mortágua, no belo texto de Alexandra Lucas Coelho, "O que é feito da nossa revolução selvagem?" Público, 3 Agosto 2009]. Experiências de uma riqueza humana que estavam longe da simples aplicação das directivas do ministério da agricultura. Onde se viveu confusamente a democracia directa, a afirmação da solidariedade contra o individualismo, do associativismo contra o colectivismo imposto. O desejo de dominar as condições da vida, de fazer a sua própria história, sobrepunham-se aos imperativos económicos. Tais são os ingredientes sem os quais não pode haver envolvimento consciente do indivíduo num projecto colectivo. Estavam contidos, nestes princípios de democracia directa do "modelo Torre Bela", os possíveis de uma sociedade nova.



Mas como alguém dizia por Aljustrel, não se é de direita ou de esquerda é-se do centro…comercial. O sentido do "consumismo" e do "privilegiado" é aqui no interior ainda mais patente, quando as expectativas impostas pela modernidade capitalista se tornaram as únicas expectativas que sucessivos autarcas, de que os comunistas por suposto antagonismo mais se evidenciam, oferecem às pessoas. Seja para um emprego na Câmara ou o curso de formação atrás de curso de formação. Que povo é este, e porque é que ao olhos de hoje falar das experiências colectivas do 25 de Abril, da explosão social e individual de então, é o mesmo que falar do avistamento de ovnis no Alentejo?

Entramos numa fase nova do capitalismo. O "consumismo" passivo (que por si já é um pleonasmo) funciona enquanto o sistema funciona. A integração capitalista é um processo que começa na exploração e se completa no consumo. Quando o sistema entra em crise bloqueia-se este processo. O que significa que vai ser necessário mudar de atitude para sobreviver? As questões prioritárias vão ser cada vez mais as da sobrevivência quotidiana, sobrevivência material, alimentar, de alojamento, de saúde. Com a derrocada do sistema produtivo e o aumento rápido e massivo do desemprego, com a fragilidade das ajudas sociais de Estados à beira de falência, como é que vão funcionar

O "consumismo" passivo (...) funciona enquanto o sistema funciona. A integração capitalista é um processo que começa na exploração e se completa no consumo.

os centros comerciais? Estamos num pais onde 40% da população que trabalha tem um trabalho precário. E é bem possível que se tenha da abandonar a feliz fórmula de Aljustrel ("ser do centro...comercial") para adoptar o arriscado estatuto de "expropriador comercial", única maneira de sobreviver... Até agora os desvios sociais eram vistos como o facto de minorias marginalizadas, criminalizadas. Eram sempre os Outros. Só que o cenário está a mudar rapidamente. Os trabalhadores condenados a não mais trabalhar, com o rio da emigração a secar, estão reduzidos à misericórdia da sopa dos pobres. O temporário vai tornar-se permanente. Por seu lado, as "privilegiadas" classes médias acordam cheias de dívidas e em proletarização acelerada. Em Portugal, o endividamento dos particulares representa praticamente o PIB (está já em 91%), a taxa de desemprego dos licenciados duplicou desde 2000 e o emprego desqualificou-se. Neste país de doutores, não é que o estatuto de professor desceu ao nível de empregado de mesa e é hoje um dos mais precários da Europa? Meritória proeza do partido socialista lusitano que é reconhecida nas altas esferas do capitalismo local e mesmo em Bruxelas. A precariedade e as novas formas de pobreza alastram no país, a instabilidade social generaliza-se bem para além dos guetos dos bairros. O risco de pobreza duplica nas zonas rurais, como no Alentejo.

Não quer isto dizer que se vá assistir necessariamente a uma união dos empobrecidos com os excluídos. Os bodes expiatórios podem sempre vir a encobrir os verdadeiros inimigos, o afrontamento entre os pobres é sempre a via mais fácil da revolta que não vai à raiz das situações. Mas o "consumismo" é chão que já deu uvas, o próximo episódio é o da exclusão do consumismo. Voltando à história desta sociedade, quem se arrisca hoje a afirmar que as "revoltas da fome" de 1917 não se vão repetir, em circunstâncias diferentes, no século XXI? Abordar as experiências colectivas do passado poderá bem ser equivalente a falar de Ovnis no Alentejo! Este desinteresse traduz uma resistência a enfrentar as dificuldades do presente. Vivemos um momento de "estado de choque". Funcionou-se pela integração, a submissão, e eis que agora tais atitudes são inoperantes. Insiste-se uma vez mais... sem sucesso, não funciona, e o desastre e o sofrimento aumentam. Considerar as experiências colectivas do passado, as lutas, significa reconhecer que vai ser necessário mudar de caminho, lutar contra a lógica actual. Não há garantia, mas não é impossível que tal aconteça. As vias do possível, razoável, da resignação, vão ser fechadas ao trânsito e a sobrevivência vai exigir a procura de caminhos considerados ontem como irrealistas, impraticáveis.

"Governar é acalmar os pobres e tranquilizar os bairros elegantes. Por isso mesmo, o que importa é contornar o sentimento de injustiça, a insatisfação e a raiva popular com que deparamos aqui e ali". França onde vives tem sido nesse sentido um cíclico exemplo da intranquilidade dos governantes com as raivas populares. Para onde caminham essas raivas e em que sentido as podemos colocar nas sombras das



periferias de Lisboa, Porto ou dos bairros "problemáticos" de Setúbal, Beja etc.?

A situação francesa é decerto particular. A atitude de constante e contínua resistência colectiva às políticas neoliberais inscreve-se na história específica da luta de classes nesta sociedade. Com altos e baixos, entre desespero e esperança, a sociedade francesa têm decretado fortes lutas que inquietam a classe dirigente, mesmo se até hoje elas não se tenham unificado num movimento geral. O antagonismo de classe é elevado e todas as "normalidades" do sistema não são aceites como "normais". Por exemplo, as reacções aos despedimentos são radicalizadas pela raiva contra os privilégios dos capitalistas, numa sociedade onde os valores igualitários da revolução francesa e da Comuna continuam a ser reivindicados. O sentimento de injustiça social é de tal forma enraizado na mentalidade social que a juventude dos bairros periféricos explode invariavelmente após cada acto de violência policial. A noção que o poder e as classes dominantes só conhecem a relação de força têm vindo a minar a velha ideia de consenso e de negociação. Passando dos bairros para a juventude em geral e para o mundo do trabalho. Como diziam recentemente uns operários em greve: "Não nos querem ouvir, então vão ter medo de nós!"

Só estes elementos chegam para fazer perceber como a especificidade histórica diferencia sociedades que enfrentam os mesmos problemas. Na sociedade francesa os limites da legalidade são frágeis quando se trata de justiça social. E as experiências de luta e de acção directa circulam facilmente entre os jovens dos bairros, os estudantes e os trabalhadores. Prova é o recente sequestro de patrões, o saque de sedes de empresas, as operações de recuperação organizada de alimentos em supermercados, a ameaça de destruir fábricas que vão ser vendidas e despedir os trabalhadores. A recente mobilização de trabalhadores



da empresa nacional de electricidade (EDF) em luta contra o projecto de privatização, é um bom exemplo de uma nova radicalidade nova e da apropriação de ideias e tipos de acções antes reservadas a pequenos grupos militantes: restabelecimento de corrente a pessoas com pagamento em atraso, corte da electricidade nas residências de patrões e políticos, passagem a tarifa reduzida nos bairros populares, blackout do Festival de Cannes, etc. Contra esta radicalização o governo hesita. A resposta policial pode ser utilizada brutalmente nos bairros dos subúrbios, melhor ainda, quando se trata de criminalizar um grupo minúsculo de radicais socialmente inofensivos (o caso de Tarnac). Mas quando se trata de comunidades de trabalhadores revoltados, tal resposta arrisca-se em fazer alastrar o incêndio. São antes os aparelhos sindicais, ultrapassados pela base e cada vez mais dependentes do Estado que os financia, a quem compete restabelecer a ordem. Vão conseguindo acalmar os espíritos, mas cada vez com mais dificuldade.

Em Portugal o antagonismo de classe só hoje começa a ferver, após trinta anos de calma e resignação, de brandos costumes sindicais, de crenças politiqueiras. Quando em França os movimentos estudantis se sucedem, ano após ano, contra as "reformas" do ensino e a precarização do estatuto da juventude, por cá, de uma maneira geral, os estudantes mostram-se inertes, quando não ocupados a reproduzir as ridículas praxes da idade média! As gigantescas passeatas sindicais a pedir um "mudar de rumo" vão-se repetindo cansativamente, enquanto a experiência da auto-organisação – que foi tão intensa em 1974-75 – sumiu completamente das memórias. Chega-se a um momento de grave crise social sem ferramentas, sem a memória das experiência de luta passadas e a classe trabalhadora está a ser levada ao matadouro da crise actual num estado avançado de impotência. A criação de comités, de comissões de luta, o recurso a assembleias-gerais como fundamento da auto-organisação, parece, neste pais, proposições de outro-mundo à maioria das pessoas. Não obstante há alguns tímidos sinais de um novo despertar. Houve, no recente longo movimento dos jovens professores algumas iniciativas autónomas; nos cinzentos bairros da periferia abandonada à economia dita ilícita, a raiva desesperada de alguns jovens sai à rua; enfim, na última grande concentração operária do país, a Auto-Europa, os trabalhadores acabaram por perceber que concessões levam só a mais concessões e disseram "Não!"... deixando os médias e os senhores da política muito aflitos. O que faz pensar que a máscara de calma do "bom povo português" começa a dar sinais de decomposição.

Fazendo ponte ao início da conversa, verifica-se que a tendência em marcha de experiências "comunitárias" e do discurso "bio" permanece estruturada no discurso dos "modelos sustentáveis", nos quais o "incremento da cidadania" não passa da criação de nichos que nos contenham devidamente. Haverá no teu entender lugar para que um ponto de viragem possa ocorrer? Quando, por outro lado, o anarquismo ressurge no léxico mediático e não é nenhuma bizarria falar de anti-capitalismo e de anti-autoritários. Não terá o facto apanhado de surpresa quer a "ordem" quer os "movimentos" libertários? Que importância tem esses ressurgires anarquistas, quando apenas parecem ser reflexo da terminologia a dada altura mais adequada aos tempos de hoje, e não efectivamente na origem da turbulências que tanto assustam a agenda mediática? E nesse âmbito qual deverá ser na tua opinião a "agenda" anarquista dos tempos de hoje?

Não me sinto qualificado para estabelecer "agendas",

ainda menos “agendas anarquistas”! Penso mesmo que há que desconfiar dos organizadores de agendas. Não tenho cartão de anarquista, nem de marxista, menos ainda de centrista (comercial), como dizia o amigo de Aljustrel. Do afrontamento entre Marx e Bakunine, tiro um balanço ambivalente mas rico. De Marx fica-me a actualidade do seu modelo teórico de compreensão do funcionamento desequilibrado e perigoso do capitalismo. Que Bakounine, Carlo Cafiero e outros anti-marxistas reconheceram em tempo e horas. De Bakounine fica-me a sua crítica pertinente das concepções políticas jacobinas de Marx, do “princípio de autoridade”, como antagónico a toda acção emancipadora. Que Marx nunca reconheceu, mas que correntes marxistas anti-autoritárias reivindicaram, das primeiras décadas do século XX até Maio 68. Isto dito, deixemos o porvir construir a sua própria agenda e, no que diz respeito a caminhos, realcemos o que se faz na única direcção que nos pode interessar, a da emancipação social.

As gigantescas passeatas sindicais a pedir um “mudar de rumo” vão-se repetindo cansativamente, enquanto a experiência da auto-organisação – que foi tão intensa em 1974-75 – sumiu completamente das memórias.

Uma das curiosidades da linguagem mediática e da sua relação com a realidade é que quanto mais se fala de um assunto, de um tema, menos ele têm uma existência real. O interesse limitado, pontual, pelo anarquismo e movimentos libertários é motivado mais pela sua marginalidade folclórica que pelo seu conteúdo.

Para nós, evidentemente, a problemática é inversa. Trata-se de compreender praticamente como experiências colectivas, comunitárias, isoladas, poderão ou não, ganhar influência na sociedade, agir no sentido de romper esse mesmo isolamento. A reivindicação do gueto, a auto-satisfação da marginalidade são contrárias à ideia de auto-emancipação. Neste sistema, as práticas isoladas são violentamente submetidas aos valores mercantis. Os casos do bio ou das pequenas estruturas comerciais, são flagrantes. Elas são também facilmente contaminadas pelos princípios de organização e de funcionamento do capitalismo, o tal “princípio de autoridade”. Emergindo no seu seio hierarquias ocultas ou poderes carismáticos diversos. Para lá destas considerações, estas experiências podem ser legítimas como forma de vivência, como criação de espaços de debate. Voltando ao quadro microscópico da sociedade portuguesa, que seja o Centro Gonçalves Correia de Aljustrel, o Centro da Mouraria em Lisboa, o bar-livraria Gato Vadio no Porto, o Centro de Cultura libertária de Almada, a Casa da Horta no Porto, e outros lugares, trata-se de iniciativas autónomas que estão no nosso trilho, que são apoios indispensáveis à respiração colectiva e à tarefa de criticar o presente e pensar o futuro. Mas, politicamente, não se vê como elas podem “atacar”, e quem “atacar”? Como podem produzir um efeito de contágio ou de alastramento no interior do tentacular sistema capitalista. A experiência mostra que é o contrário que acaba por acontecer.

Fica a questão desse “ponto de viragem”? Se calhar estamos aqui a tentar dar nomes novos ao que em linguagem de ontem se chamava momento revolucionário... Que é a ruptura com o sistema, entendido como processo mais ou menos prolongado, em que a antiga ordem é subvertida pela afirmação de uma nova organização social da vida e da produção. Não vejo como tal ruptura possa acontecer a partir de “nichos”. É uma velhíssima discussão no movimento social e esta posição foi um dos fundamentos do reformismo histórico, o qual, como se sabe pela experiência, nos levou ao abismo actual. A ruptura, quando existiu e se existir de novo, só será possível a partir de um movimento social profundo que põe em causa os fundamentos da produção actual, a sua lógica. Movimento assumido praticamente pelos que fazem funcionar esta sociedade no quadro das relações sociais existentes. Nesse movimento, as práticas dos “nichos” poderão integrar-se e ganhar uma dimensão nova, poderão alastrar-se e relacionar-se com as questões de reorganização da sociedade. É possível, por exemplo, que as simples práticas da agricultura biológica farão parte da resposta a dar aos problemas da sobrevivência alimentar. Não será decerto o caso dos projectos dos Centros de Investigação da Monsanto sobre as OGM... O que não quer dizer que não haja, nestes Centros, técnicos, investigadores, que se emancipem pelo movimento social e ponham o seu saber ao serviço da procura de respostas novas para as questões novas.

CastroVerde/ Paris, Julho 2009



ALJUSTREL, ONDE A HIPERMODERNIDADE ENCONTRA O ARCAÍSMO

O ACTUAL SISTEMA CAPITALISTA TEM O CONDÃO DE JUNTAR AQUILO QUE À PRIMEIRA VISTA PARECE INCOMPATÍVEL. A «HIPERMODERNIDADE» QUE ANUNCIA O AVANÇAR DA HISTÓRIA, TERMO CONSTANTEMENTE REPETIDO NOS DISCURSOS DE POLÍTICOS, EMPRESÁRIOS E DEMAIS COMENTADORES, É SUJEITO A UM PROCESSO DE COORDENAÇÃO GLOBAL, NO QUAL PARTICIPAM OS MAIS «ARCAICOS DISPOSITIVOS».



Em Agosto de 2009, o jornal Público divulgou uma reportagem sobre Selmes, uma pequena freguesia no concelho da Vidigueira[I]: um homem que actuava sob a capa de empresa de trabalho temporário manteve 11 pessoas sob sequestro, ameaça e coacção física. Oriundos da Roménia, estes eram obrigados a levantarem-se entre a 3h00 e as 4h00 para trabalhar em explorações agrícolas a 50 ou 100 quilómetros de distância e a regressar ao final da tarde. Todos os dias. Aparentemente, o caso apenas foi tornado público porque dois dos sequestrados pediram a uma proprietária de um restaurante pelos restos das refeições dos clientes.

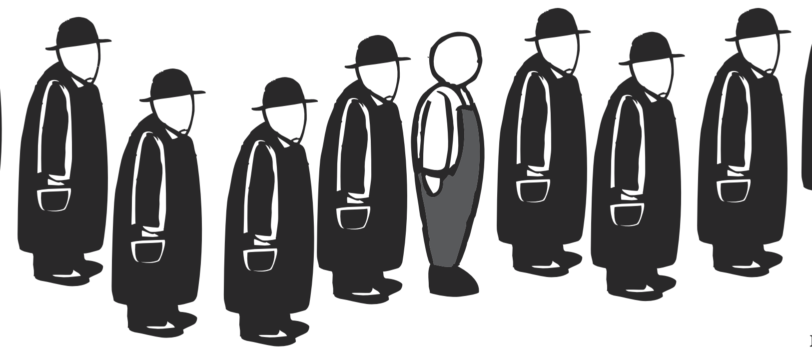
Segundo a mesma notícia, o angariador de mão-de-obra já havia sido referenciado pela Autoridade das Condições de Trabalho (ACT) noutro caso: a 13 de Junho deste ano, uma carrinha com oito imigrantes partiu da freguesia de Pias, não tendo chegado ao seu destino. Quando já se encontravam perto do local de trabalho, o sono abateu-se do motorista e fê-lo embater no muro de uma ponte. Uma pessoa morreu.

O interessante na notícia é a referência que é feita a um dos clientes desta empresa de trabalho temporário: a Herdade do Sobral, propriedade do grupo espanhol Bogaris (com investimentos em Espanha, Portugal, Chile, Argentina e México) que em Ferreira do Alentejo ocupa 1.440 hectares, 1.234 dos quais estão ocupados com 353 mil oliveiras. Em Outubro de 2007, o ministro da agricultura Jaime Silva visitou a Herdade do Sobral, tendo então declarado que tal empreendimento havia contribuído para "dinamizar" o sector olivícola na região e também para "mostrar aos alentejanos" que "fazer olival dá lucro"[II].

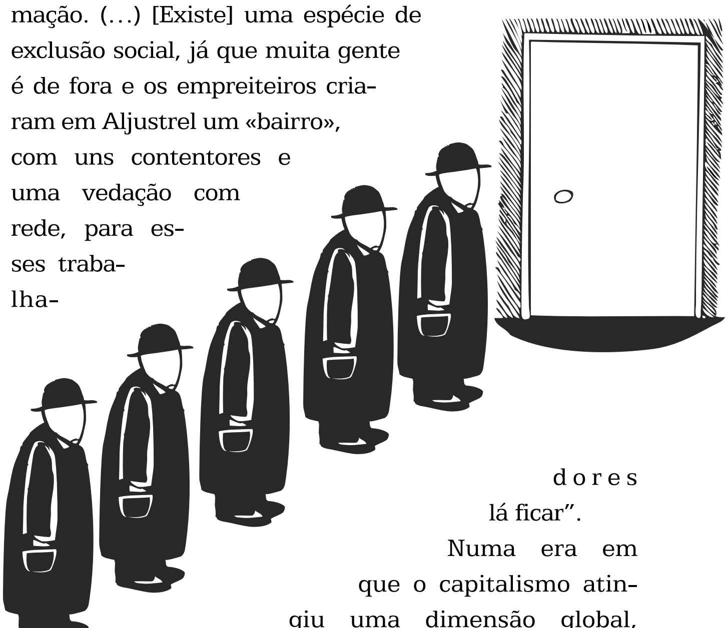
É neste ponto que nos deparamos com o cruzar da «hipermodernidade» com elementares dispositivos «arcaicos». Se, como afirmou Jaime Silva, fazer olival dá lucro é porque os custos de produção são baixos. No entanto, aos proprietários da Herdade do Sobral não interessa quem lhes faz o olival, quem trabalha a terra, nem tampouco o montante dos seus salários ou as suas condições de trabalho e de vida. Interessa-lhes apenas contratar quem lhes assegura condições óptimas. Em relação ao resto, viram a cara e lavam as mãos.

Uma situação algo parecida acontece nas minas de Aljustrel. Com reinício da actividade em finais de 2007, este projecto foi anunciado como o grande sinal da revitalização económica de um Alentejo abandonado, sem iniciativa, fustigado pela pobreza e pelo desemprego. Em Dezembro de 2008, aquando da venda das minas ao grupo português MTO, Manuel Pinho classificou o acordo obtido como algo "um investimento importante em si mesmo mas também (...) uma bandeira. Há dois dias foi a indústria automóvel, hoje são as minas"[III].

Contudo, mais uma vez, a «hipermodernidade» do investimento não consegue dispensar o «arcaísmo». Em Agosto de 2008, um trabalhador das Pirites Alentejanas, as minas de Aljustrel, ficava ferido com gravidade num acidente de trabalho, quando executava trabalhos relativos à instalação de equipamentos de segurança. Meses antes, um acidente provocado por aluimento de terras e pedras, após um rebentamento, havia provocado um ferido grave e quatro ligeiros. Pouco horas depois da visita de José Sócrates às minas, para assinalar o início da laboração.



Este tipo de trabalhos (instalações de equipamento, extracção, rebentamentos) foi maioritariamente realizado por empresas subcontratadas, como a EPOS (Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas), responsável por cerca de 300 trabalhadores. Segundo o representante do sindicato de trabalhadores da indústria mineira (STIM), "A EPOS está hoje instalada nas duas minas e a esmagadora maioria dos seus trabalhadores está com vínculos precários"[IV]. Acrescenta ainda: "no início, havia muitos acidentes, porque os trabalhadores iam para a mina sem terem o mínimo de formação. (...) [Existe] uma espécie de exclusão social, já que muita gente é de fora e os empreiteiros criaram em Aljustrel um «bairro», com uns contentores e uma vedação com rede, para esses trabalhadores lá ficar".



Numa era em que o capitalismo atingiu uma dimensão global, a região do Alentejo e o concelho Aljustrel constituem um ponto de referência específica, identificados respectivamente pela óptima qualidade do azeite e pela riqueza das suas minas. Enquanto parte de algo maior, acabam por reproduzir este intercalar de elementos «hipermodernos» com «arcaicos», de grandes investimentos cujos anúncios enchem as primeiras páginas dos diários e que nutrem uma dependência crónica em relação às mais atrozes formas de exploração laboral.

Por mais que o mineiro cante, Aljustrel é um lugar igual aos outros, onde o mesmo acontece de maneira bastante parecida.

Maria José Nuñez

[I] http://ultimahora.publico.pt/noticia.aspx?id=1395606&idCanal=62

[II] http://alentejomagazine.com/2007/10/investimento-espanhol-serviu-para-mostrar-aos-alentejanos-que-olival-da-lucro-diz-ministro/

[III] http://www.jornaldenegocios.pt/index.php?template=SHOWNEWS&id=344210

[IV] De acordo com a mesma fonte, nas minas Neves-Corvo, os trabalhadores da EPOS trabalhavam 12 horas por dia (incluindo fins de semana) e ganhavam cerca de 500 euros por mês.

O PROGRESSO A TODA A *VELOCIDADE*

A PROPÓSITO DE COMBOIOS...

PRIMEIRA ESTAÇÃO: TGV

O TGV é muito mais e qualquer outra coisa do que um comboio: É não só emblema moderno das classes dirigentes, cuja paixão vai bem para lá da ânsia salazarista de obras de regime, como representa a nova paisagem internacional de "infraestruturas" nas quais pretende ser a coluna dorsal de um esqueleto chamado "progresso". Entender o que está por detrás destas infraestruturas, significa compreender o sentido actual da palavra progresso: desastre.

O TGV assenta numa ideia – a mobilidade – e a necessidade de eliminar e encurtar distâncias e tempo. Isto é a condição base da circulação da economia capitalista. Aliás o sentido da riqueza equivalente ao sentido do progresso viajou desde o século XIX e XX pelos caminhos-de-ferro da economia de mercado, num crescendo tal que se atingiu hoje com a globalização o ponto zero entre distância e tempo. A mobilidade do TGV e das infraestuturas rodo-ferroviárias, é uma força produtiva, enquanto circulação rápida do capital, daqueles para quem "tempo é dinheiro". O fluxo das pessoas endireinhadas e das mercadorias que deixa em terra todos os outros… aos pobres e imigrantes a mobilidade é, como sabemos, criminosa.

O TGV não procura servir as pessoas, mas as elites dos centros de decisão europeias, reordenando o território numa geografia politica e económica do poder e colocando Lisboa no mapa traçado pela economia mundial ou ibérica, e não nacional. A crítica ao TGV enquanto paradigma da velocidade do progresso não se esgota deste modo numa mera repreensão do despesismo do dinheiro "público" que resta, ou à discussão do traçado A ou B. Não é um feito isolado. Nas pachorrentas terras alentejanas não é apenas elogiada a frenética velocidade na ligação do TGV a Madrid. O recente programa governativo socialista dos acólitos locais de Beja aclama nessa eterna corrida contra o tempo a nova Auto-Estrada do Baixo Alentejo que irá "garantir a ligação, em menos de uma hora, entre duas Plataformas logísticas fundamentais para a Região (Porto de Sines e Aeroporto de Beja), e com o litoral alentejano (a curto prazo um importante destino turístico)". Este citado manifesto político de todas as cores partidárias – encanta certamente quem ache que o progresso assenta: a) no mero trânsito da mercadoria e b) no trânsito veraneante de quem quer os algarves que já lá não cabem…

Nesse mesmo sentido o apelo de maior mobilidade, melhores tecnologias e mais economia é algo aparentemente simples e consensual ao nosso dia-a-dia de meros consumidores e (sobre)viventes. A crítica surge (como aqui) no dia em que essa vivência diária nos sufoca e procuramos outra forma de vida. Quando nos damos conta, como refere Miguel Amorós, de que o grande anúncio do TGV: a apoteose da técnica, é precisamente "o momento em que a técnica invade

Nocturno de um Comboio no Alentejo

Este comboio turbulento
vai espedaçando a terra nua.
Nada o detém: nem mesmo o vento.
Nada o confrange:
como um alfange
corta, impiedoso, à luz da Lua.

Ó Alentejo, ó corpo ardente,
como o comboio te esfacela!
Sofres o golpe serenamente:
nem te perturba
a sombra turva
que se debruça da janela...

Depressa vem a cicatriz.
Sobre essa chaga desmedida,
ficam apenas os carris,
num brilho de aço,
lívido, baço
- como a costura de uma ferida!

David Mourão-Ferreira



e domina a vida dos indivíduos, em que esta deixa de aparentar ser um conjunto de máquinas e procedimentos, para mostrar-se como uma relação social entre pessoas mediatizada por mecanismos artificiais. O espaço como recipiente de indústrias converte-se num grande espaço- industria, num espaço onde todos estão submetidos a condições industriais, condições técnicas"[I].

Não nos vemos por isso como velhos do Restelo quando apontamos o dedo ao progresso: este progresso não é social, é financeiro e é em tudo menos ambiental ou "sustentável".

SEGUNDA ESTAÇÃO: FERROVIA SINES GRÂNDOLA

A projectada nova Ferrovia de transporte de mercadorias entre Sines e Grândola, faz parte da ligação ferroviária Sines – Elvas e, tal qual o TGV, tem como meta Madrid. O objectivo da nova linha férrea é reduzir de 22 para cerca de 10 horas o tempo de transporte de mercadorias entre Sines e a capital espanhola.

40 km de linha nova, perto de 200 milhões de euros, e o abate de cerca de 7.000 a 10.000 sobreiros e a destruição do ecossistema que vai da Serra de Grândola até à faixa costeira lagunar. Foi já denunciado, apesar do secretismo tecnicista dos Estudos de Impacte Ambiental, que esta Ferrovia resultará pela destruição de Montado e de Pinhal, na desertificação e abandono das terras, na ruptura dos equilíbrios existentes nos modelos de gestão tradicionais, na quebra da biodiversidade, no risco para espécies em vias de extinção e em impactos negativos nas Lagoas da Sancha, de Melides e Santo André, assim como no fim de explorações agro-florestais e na divisão de povoações do interior…

Os comboios não são definitivamente para as pessoas (basta olhar aos estragulamentos das linhas desde Tua ao Algarve) mas uma meio de transporte da globalização, um meio de descongestão das mercadorias provocado pela deslocalização mundial das indústrias. Como tal funciona sempre articulado com mega infraestruturas, neste caso a plataforma logística e portuária de Sines ou obrigatoriamente aeroportos, o TGV como peça chave do novo aeroporto de Alcochete (ou no sentido rodoviário a nova auto estrada de Sines a Beja com o novo Aeroporto dessa cidade).

TERCEIRA E ÚLTIMA ESTAÇÃO: AS NOSSAS VIDAS

A promessa dos caminhos de ferro portugueses (CP), exposta em recente campanha publicitária, diga-se digna de Orwell, é curta e directa: "Próxima viagem: mudar a sua vida". Ironia para que mais tarde possam dizer de que bem nos avisaram.

A verdade é que semelhante investida nas nossas vidas e no meio interior e rural em que vivemos vai aos poucos e poucos perdendo o seu encanto. A Associação Protectora do Montado Contra a Ferrovia Relvas Verdes/Grândola Norte – REVER (reveraferrovia.blogspot.com) surge precisamente disposta a contestar a projectada Ferrovia invocando os aspectos acima expostos. No meio do marasmo a que nos habituamos à contestação destas grandes obras públicas o facto é de registar, não fossem porém sérias as reservas do alcance da referida associada, impulsionada na verdade pelos Municípios de Santiago do Cacém e de Grândola. Se o seu "objectivo genérico é proteger, defender e valorizar a fileira do montado de agressões externas e da sua destruição pela acção humana", este reduz-se ao facto de não ser contra a Ferrovia cientes da necessidade de escoamento das mercadorias a Espanha e propondo aproveitar o ramal ferroviário de Ermidas a partir de Sines e a construção de um túnel na Serra de Grândola/Cercal.

Se essa proposta alternativa pode à sua luz ser justificada na mera minimização dos danos, maior absurdo encontramos em quererem os autarcas da REVER defender "os equilíbrios existentes nos modelos de gestão tradicionais" ou a "utilização sustentável dos recursos naturais", frente aquilo que verdadeiramente parece motivar estes autarcas. As palavras de um dos principais responsáveis pela destruição do litoral alentejano, o Presidente da Autarquia de Grândola, revela o que realmente os motiva: "A proposta da Refer é inaceitável porque não podemos andar a promover uma ideia – em que o governo também nos tem ajudado, e bem – de que o concelho de Grândola e o Litoral Alentejano têm condições para ser um destino turístico de excelência e depois termos um traçado de ferrovia que atravessa o território do concelho". Aparentemente valeu-lhe estas palavras o encontro agora às claras com o Núcleo Regional do Litoral Alentejano da Quercus, ontem desavindos quanto aos Resorts de Costa Terra e Pinheirinho no litoral de Melides…

Mais ainda como podem estes autarcas criticar "a forma como o processo tem sido conduzido, no maior dos segredos, com um total desprezo pelas populações locais, agentes económicos e sociais, agricultores, instituições e autarquia" quando na sua natureza está precisamente a pratica de tomar em mãos os processos de decisão sobre o território.

Pelos vistos para aqui vale já o "esforço e o desejo de abranger o maior número de pessoas neste movimento popular" de contestação. Isso porque as decisões politicas por detrás destas infraestruturas – escudadas em Declarações de Impactes Ambientais – são apenas decisões económicas que tratam de harmonizar os interesses do capital, graças à mediação da falsa oposição com os interesses da população. Essa falsa oposição são hoje os autarcas da REVER, ou os consultores ambientais do estado e da falsa ecologia em que a Quercus se tornou. Este tipo de associações ou plataformas, na maior parte das vezes virtuais ou meramente mediáticas, apenas estão encarregadas de recuperar para a política os problemas ambientais e sociais causados pela industrialização progressiva do território.

No entanto estamos perante ocasiões, nas quais uma vez lançado o debate, podem tomar por parte das populações envolvidas outros rumos para lá do diálogo com o poder. São estas as ocasiões para trazer para o debate as questões incómodas e os fantasmas esquecidos na gavetas, aproveitando para elevar o tom da discussão quando ela surge, divulgando por mil e um meios possíveis a mensagem à margem da lógica dos representantes, impulsionando directamente o assunto para que não caia esquecido. Caminhando, acima de tudo, de forma a procurar convergir as reivindicações numa rede de grupos locais de forma descentralizada e horizontal. Sem ser preciso a adesão legal a qualquer associação e recusando qualquer programa político, através da tomada de decisões em assembleias cuja regularidade deve ser garantida de forma a por de lado os grupos informais ou formais de dirigentes que sempre surgem.

O que está hoje em causa com o TGV ou a Ferrovia, aqui tomados como exemplo, é o ataque cerrado sobre o meio rural. Não pode haver maior ilusão em pensar que são as mobilidades que irão quebrar o isolamento interior. É antes por via dessas infra-estruturas que se dá o alargamento do fosso cidade / campo, fruto da maior pressão exercida pela cidade sob o meio rural, acelerando o desaparecimento do ambiente agrícola construído ao redor das vilas e aldeias. As infra-estruturas servem apenas para fazer a ponte entre portos, aeroportos e as cidades. Para inundar a nossa oferta alimentar, por exemplo, à produtividade europeia e mundial das agro-industrias. Para reduzir as redes vizinhança agrícolas que nos restam ao turismo, cujas infra-estruturas permitirão precisamente a sua massificação e homogeneização.

É pois altura de travar o progresso. Quando deixarmos de conhecer o espaço à nossa volta, reconhecer o monte do vizinho ou o sobreiro na curva do caminho, e as marcas na paisagem se conhecerem pelas vedações do TGV e pela saída na auto-estrada, estaremos finalmente despidos da ligação humana à terra e plenamente escravos dessa nova identidade tecnológica e industrial.

"A destruição do território é a maneira como a sociedade industrial assegura a sua sustentabilidade. Se estamos pelo território, pela defesa dos seus habitantes, pela reconstrução de uma sociedade comunitária, por uma vida livre de constrições, estamos contra essa sociedade. E temos de prosseguir até ao seu desmantelamento total, para o qual os meios empregues em defender-nos, incluindo as ideias e as alternativas, tem de se tornar em meios de ataque. A defesa é a melhor forma de luta quando não há efectivos suficientes, mas se queremos ganhar – [se queremos que não haja TGV ou Ferrovia] – há que passar mais tarde ou mais cedo à ofensiva" (Miguel Amorós)

Filipe Nunes

---

[1] Recomendamos os textos de Miguel Amorós sobre o TGV (TAV no Estado Espanhol) e que aqui tomámos em boa parte, como os constantes em "Las Armas de La Critica", Muturreko Burutazioak,11, 2000.

RURALIDADE:
ESTADO DOS LUGARES ESTADO DAS LUTAS

A sociedade moderna foi largamente construída sobre o recalcamento da ruralidade: a ruralidade enquanto espaço do vegetal e do animal que se quis substituir pela mineralidade das cidades, como matéria prima do trabalho humano do qual os nossos olhares preferiram desviar-se para contemplar os produtos acabados da técnica moderna. Enfim, enquanto origem genealógica, cada um/uma de nós preferiu esquecer que existem entre os nossos antepassados (incluindo mesmo os pais ou os avós) pessoas vindas da ruralidade ou que viveram no campo. Por conseguinte, a redescoberta actual do massacre dos meios

A sociedade moderna foi largamente construída sobre o recalcamento da ruralidade.

naturais, ou do esgoto sobre a qual foi construído o actual sistema de subsistência, a favor do nosso desprezo para com as nossas origens campesinas, ganha evidentemente o aspecto dum violento regresso do rejeitado. Perante isto, muitos decidiram reagir e organizar-se, uns na agricultura biológica, outros em associações de produtores e consumidores, outros ainda na preservação das sementeiras agrícolas, com uma esperança no fundo: a de salvaguardar a ruralidade e de a constituir como fuga ao sistema.

ESTADO DOS LUGARES

Trata-se, no entanto, duma tarefa que não é evidente. No momento em que as cidades e os campos se fundem no total subúrbio descrito por Bernard Charbonneaux, a ruralidade está em vias de se dissolver numa matéria indiferenciada, "num conglomerado amorfo e desmedido sem fronteiras claramente identificáveis, sem espaço público nem identidade local".

Defender a ruralidade, ou reconstituí-la onde ela tenha desaparecido, consiste portanto em descobrir espaços de resistência dentro deste conglomerado cuja propagação começou historicamente com a hegemonia da cidade-metrópole. Ora esta só pôde emergir com o desenvolvimento do Capitalismo e do Estado: pelo estabelecimento de grandes mercados urbanos nos núcleos de circulação dos fluxos de seres humanos e de mercadorias, permitindo igualmente a centralização dos capitais e, paralelamente pela centralização do poder que outrora se dispersava nos inúmeros feudos, senhorios ou repúblicas aldeãs. Assim, da mesma forma que a grande economia só conseguiu constituir-se como esfera autónoma apenas quando se "desencaixou" das outras relações sociais, a cidade moderna só pôde constituir-se como mundo a partir do momento em que rompeu com a ruralidade que havia nela. Antes da era das grandes metrópoles, as cidades não só estavam completamente dependentes dos campos para o seu abastecimento de víveres e de mão-de-obra, como também a própria distinção entre cidade e campo era bastante ténue: cada casa tinha o seu estábulo e a sua cave. Não era, mesmo raro ver na rua galinhas ou cabras á solta, quando não era uma vaca ou um burro. O próprio tecido urbano estava crivado de campo, pois havia ainda jardins, pomares e vinhas, e por vezes até amplos espaços de terra cultivada.

Foi, aliás, a manutenção desta ruralidade na cidade ou na sua vizinhança que permitiu á nascente classe operária suportar duras greves na ausência de qualquer salário, vivendo da pequena produção distribuída pelos mercados locais ou, até, apoiando-se na pura e simples autoprodução no quintal das suas casas. O recente movimento de greve e de protesto popular em Guadalupe ou na Martinica fez, aliás, recordar o carácter precioso deste modelo que ainda lá persiste: se a greve geral pôde lá durar tanto tempo, foi também porque um certo número de habitantes se apoiaram nesta autoprodução, na pequena produção local ou nos laços com o campo, a fim de atenuar a interrupção do abastecimento pelas indústrias da grande distribuição. Como dizia aos jornalistas do Le Monde uma mulher de Guadalupe de 58 anos: "Eu

tenho petróleo e mercearias. No campo, toda a gente se organiza e não se houve ninguém a lamentar-se. No quintal há hortas e árvores de fruto". E acrescenta: "Tenho a impressão de viver de novo a situação da minha infância. Nessa altura não havia grandes distribuidores. Bastavam os produtos da região. A gente de Guadalupe está habituada a desembaraçar-se, e é por isso que a resistência continua". E não há dúvida que uma cidade ou uma região em situação de revolta, para garantir a sua autonomia, seria obrigada a reconstituir esta ruralidade onde ela foi aniquilada, tomando como exemplo os habitantes de Cronstadt que, durante a revolução de 1917, promoveram um sistema de hortas colectivas autogeridas. É certo que tudo se passa de outro modo nas zonas de produção agroindustrial mantidas á custa de petroquímicos e de alimentação eléctrica. Aí são os campos que perderam a sua autonomia, tornando-se dependentes das cidades e de uma aparelhagem que lhes escapa, como o mostrou a tempestade de 2003 no sudoeste de França: as instalações industriais de criação animal transformaram-se em lugares de morte logo que faltou electricidade para a climatização. O mesmo se passa com os créditos processados á máquina ou as gestões informatizadas de parcelas de terra... E esta dependência não é apenas material, mas também espiritual: a televisão e actualmente a internet substituíram os serões campesinos, os cânticos e as danças, as festas, os contos. Ora, para retomarmos uma fórmula de Charbonneaux, essas técnicas dos quais se esperava o desenvolvimento cultural dos campos acabaram, de facto, por encravá-los dentro do sistema técnico.



Perante esta evolução catastrófica que viu crescer o Estado, o capitalismo e a indústria á medida que ia decaindo o mundo rural, dever-se-á postular que, em sentido inverso, uma revolução social anticapitalista e antiestatal fará regressar ao artesanato e ao trabalho da terra? Era a ideia defendida pelo anarquista Gustav Landauer e com ele por várias correntes minoritárias do socialismo nos séculos XIX e XX: "repeti incessantemente (...) que o socialismo é possível e necessário, seja qual for a forma da economia e da técnica; que o socialismo não está ligado á grande indústria do mercado mundial; que ele não tem grande necessidade da técnica industrial e comercial do capitalismo, bem como da maneira de pensar que produziu esta monstruosidade; que ele deve desligar-se da depravação em pequenas proporções, pela pobreza e a alegria no trabalho, porque lhe é preciso um começo e porque a realização do espírito e da virtude jamais se produz de forma maciça e normal, mas resulta somente do sacrifício de alguns e do novo impulso dos pioneiros; que devemos, no seu interesse e no interesse da nossa salvação e da nossa aprendizagem da justiça e da comunidade, regressar á ruralidade e a uma unificação da indústria, do artesanato e da agricultura". Era o que ele dizia em resumo: "Uma aldeia socialista com oficinas e fábricas aldeãs, com pradarias, campos, jardins, gado grosso e miúdo, aves de capoeira – vocês, proletários das grandes cidades, habituem-se a esta ideia: por mais estranha e bizarra que ela vos parecer, é esse o único começo dum

desconfiança em relação á pessoa estranha – porventura habitante da aldeia vizinha – podem alimentar o que se chama "tacanhez de espírito". Nada mais resta, perante o desastre em curso, tomar todas as iniciativas que visem recuperar uma autonomia individual e colectiva a partir da ruralidade, conservando a sua total legitimidade.

ESTADO DAS LUTAS

Todavia, acentuemos bem que a amplitude deste projecto político tem por medida a diversidade dos lugares, das situações e das pessoas que o próprio conceito de ruralidade envolve. Para compreender esta diversidade, pode ser útil diferenciar o domínio das hortas e dos pomares, relativamente aos campos cultivados, bem como às terras incultas (nas quais se fazia o pastoreio dos rebanhos) e enfim o espaço próprio da floresta. Na França da segunda metade do século XX, tudo o que foi dito e feito dentro destas quatro dimensões por forças sociais, preocupadas com justiça e liberdade, foi infelizmente reabsorvido pelo sistema com uma facilidade espantosa.

Assim, como resposta á vontade dos cidadãos e cidadãs de disporem na cidade dum pouco de natureza e de ar, criaram-se "espaços verdes" cujo nome abstracto diz por si mesmo qual o grau atingido na irrealização urbana e que, a título compensatório, exercem a mais forte tarefa de integração no enquadramento urbanístico contemporâneo. Do mesmo modo, o regresso aos campos verificado nos anos 70 acha-se hoje confrontado com os limites políticos que se propusera desde início, abandonando as lutas que tinham em vista uma transformação global da sociedade. Para citar apenas um exemplo, a agricultura biológica, lançada como reacção á poluição e á falsificação dos alimentos, acha-se actualmente confrontada com a sua diluição na sociedade de massa. Ou ela responde á procura crescente dos consumidores e industrializa-se – mas neste caso terá de alargar-se em terrenos menos preservados e funcionar com métodos menos respeitadores da natureza, o que provocará uma perda de qualidade e uma necessária "flexibilidade" das taxas de não-toxicidade (o que a reforma europeia da biologia já prefigura neste momento). Ou então mantém exigências drásticas – mas, confrontada com o número crescente das fontes de poluição, terá



socialismo real que vos é deixado."

As palavras são fortes, talvez demasiado. Sobretudo, evitem acreditar numa idade de ouro, ou alimentar em relação ao campo as mesmas ilusões que puderam alimentar os camponeses em relação á cidade quando eles deixavam as suas terras durante as grandes vagas de êxodo rural. A vida no campo é também a dureza do trabalho, um certo isolamento, grandes distâncias a percorrer de carro, etc. E se as pequenas comunidades permitem lá viver "entre si" e ter com os seus vizinhos relações mais pessoais, elas também favorecem uma promiscuidade que rapidamente se pode tornar pesada e tornar por vezes difícil o "ser tu mesmo". Inesperadas formas de controlo social podem desenvolver-se, pelos olhares inquisitórios e a preocupação com o que "vão dizer", engendrando uma certa normalização dos comportamentos. Um forte sentimento de pertença local e uma

então de instaurar um esquema generalizado dos seus produtos para garantir a sua inocuidade… e assim chegar-se-á a um controlo total resultante dum novo tipo de totalitarismo, encerrando todos os comportamentos numa rede de normas e de constrangimentos técnicos justificados por imperativos sanitários. Como hoje o pior é a regra, não é exagerado pensar que no futuro poderíamos ter problemas com uma combinação destas duas soluções.

O balanço é igualmente bastante sombrio no que se refere ás medidas políticas ligadas á protecção das florestas e das terras não cultivadas (pradarias, matos, pântanos, charnecas, etc.). Verifica-se aí as insuficiências dos movimentos anticapitalistas dos anos 1970 até aos nossos dias. Apesar do desenvolvimento da temáticas ecologistas e de fortes movimentos populares (lutas anti-nucleares, neo-rurais), poucas declarações verdadeiramente críticas e construtivas emergiram e permaneceram. Se isso pode ser compreensível para as terras não cultivadas, que na verdade não gozam duma aura particular, compreende-se menos porque é que outros espaços, como as florestas, conheceram um tal desinteresse. Talvez o explique o enraizamento urbano de um bom número de militantes políticos, a menos que se trate da sempre eterna crença na urbanização e na industrialização como únicos vectores de emancipação. Inúmeros erros foram cometidos, desde o facto de considerar sistematicamente como reaccionárias algumas das categorias sociais ligadas a esses espaços, até ao desenvolvimento de longas argumentações contra a desflorestação em França, que teriam sido válidas no começo do século XVIII, mas que não se mantêm hoje diante do problema central da reflorestação industrial. Deixou-se assim que se instalassem por todo o lado nas terras de baldio supermercados, parques de actividade e outras novas cidades, enquanto surgiam ao longe novas florestas que mais pareciam uma verdadeira produção de madeira em série.

NOVAS LUTAS

Os movimentos dos anos 1970 confirmaram, pois, a análise de Charbonneaux segundo a qual o sentimento de natureza, reacção contra organização, leva a isso invariavelmente. Deste ponto de vista, a repolitização da questão rural, que começou nos finais dos anos 90, parece prometer um futuro melhor, porque ela faz menos referência a um conceito ideológico de natureza do que a formas de vida e relações sociais particulares que ela se sente obrigada a preservar ou a reinventar. Esta repolitização, que se construiu em ligação com uma renovação da crítica social acerca dos problemas da ecologia, das novas tecnologias, do crescimento económico, e que se manifestou nomeadamente nas lutas contra os OMG's, desenrola-se hoje nas quatro direcções definidas mais atrás.

Assim, foram lançados movimentos para proteger os últimos laços duma ruralidade que, antes, estava presente no próprio coração das cidades, postos em perigo pela aliança dos industriais, dos promotores imobiliários e dos municípios sob o impulso do desenvolvimento técnico-económico devorador de espaços: defesa das hortas privadas (sejam das hortas operárias ou hortas dentro dos espaços vazios como dentro de Bruxelas; defesa dos parques urbanos (como o caso da ocupação das árvores do parque Paul-Mistral em Grenoble, durante o inverno de 2003-2004). A ponta mais avançada deste movimento é, sem dúvida, a que escolheu passar da defesa para a reconquista, investindo nos terrenos ao abandono para aí criar hortas partilhadas ou/e autogeridas, permitindo ás populações urbanas reencontrar um conhecimento dos metabolismos naturais, um certo gosto pelo trabalho da terra e, talvez afinal, uma autonomia alimentar.

Nos campos, a agroecologia novamente surgida na América Latina e na Espanha, e que começa a abrir um caminho na França, denunciou claramente o facto da agricultura biológica estar em vias de se alterar, adoptando "sistemas de produção intensiva de financiamento, de gestão e distribuição típicas da agricultura convencional. Melhor: estabeleceu como programa mais que evidente resultar dum modelo de produção e de distribuição especializado de tipo industrial", definindo-se a agroecologia desde o princípio como um movimento social e um projecto político tendo em vista a soberania das populações locais sobre as suas condições de vida. Duma forma mais geral, observa-se um passo atrás do movimento dos neo-rurais. É certo que uma parte dos que tinham voltado á terra nos anos 70 se afastaram ou, se aí continuaram fizeram-no por vezes com uma tecnicização pouco compatível com os ideais originais do movimento: mantendo pela internet a sua ligação com a metrópole, circulando em 4x4, etc.

Mas outros souberam, "na ausência do sol, amadurecer no gelo". Instalados no campo em bom entendimento com as pessoas do sítio, conseguiram voltar a tecer a trama das relações entre as aldeias, reavivar a autoprodução e o pequeno comércio de vizinhança. Estas realizações práticas, bem como outras (bibliotecas de aldeia, cinema nómada ao ar livre, conferências, festividades, etc.) dão-nos uma ideia do que

poderia ser um renascimento da cultura rural, não já sobre um modelo apenas folclórico ou museológico, mas sob a forma duma recuperação da tradição, beneficiando com aquilo que a cultura urbana conseguiu produzir de melhor. Algumas dessas pessoas, como as do movimento Direito Rural, lançado nos finais dos anos 90, conseguiram mesmo organizar sistemas de fácil acesso á terra, a fim de favorecer instalação de alguns náufragos de sistema mercantil e das pessoas que procuram outras formas de viver.

Quanto ás zonas que não são nem cultivadas nem florestadas, além das lutas circunstanciais de que elas são teatro, como a oposição á implantação de supermercados ou, num género diferente, a oposição dos pastores à marcação electrónica dos seus animais, elas são uma opção propícia ao desenvolvimento de novas experiências, de novas maneiras de habitar o mundo. A franja radical (e por vezes ilegalista) dos partidários da ecoconstrução aí desenvolve tesouros de inventividade e de fantasia: abre recantos rurais nas granjas, nos alpendres ou nas quintas abandonadas; constrói casas de argamassa ou de palha, etc. São assim exploradas todas as formas possíveis e imagináveis dum habitat autoconstruído e autogerido no meio rural.

A repolitização da questão rural, que começou nos finais dos anos 90, parece prometer um futuro melhor, porque ela faz menos referência a um conceito ideológico de natureza do que a formas de vida e relações sociais particulares que ela se sente obrigada a preservar ou a reinventar.

Em comparação, a floresta – pelo menos em França e na Europa – continua a ter ainda um domínio aparte, que suscita poucas teorias e práticas alternativas, se pusermos de lado as experiências marginais feitas em diferentes direcções pelos criadores de hortas de lado as experiências marginais feitas em diferentes direcções pelos criadores de hortas florestais ou pelos anarco-primitivistas. (…) Acontece frequentemente que se acusem todos estes movimentos como origem urbana de grande número dos seus protagonistas, procurando desacreditar os seus actos e obscurecer a sua maneira de julgar sobre "o que é realmente o campo", "o que são realmente os camponeses", etc. Para lá do facto de se tornar actualmente difícil dizer o que são na verdade os camponeses ou o campo, quando a maior parte deles e delas se tornaram empresários agrícolas que abandonaram a poliactividade própria da sua ruralidade (horticultura, artesanato, etc.) e os campos se tornaram, como foi dito, terras repartidas entre a superexploração e o abandono, ao contrário é preciso valorizar bastante muitas destas experiências por terem conseguido reatar um laço entre os cidadãos e pessoas ou comunidades portadoras duma herança campesina ou rural, seja isto residual ou não-concreto, ideal ou imaginário. Mais do que o facto de garantir ao pequeno produtor um rendimento regular e ao cidadão uma alimentação "sadia" e saborosa, é aí que se situa, por exemplo, o ponto mais apreciável da experiência das Associações para a manutenção duma agricultura rural [Amap em França], apesar de todas as suas insuficiências. E o que prova que se estava num bom caminho é o facto de alguns e algumas proporem já uma passagem desta experiência não já apenas para uma associação entre consumidores urbanos e produtores rurais, mas para uma cooperação no terreno, tendo em vista que o consumidor, ao participar nas actividades agrícolas, se transforme ele mesmo num produtor e assim se empenhe num esforço de progressiva desconexão em face do sistema.

Ao lado da metrópole e porventura dentro dela, com este movimento de repolitização da ruralidade, assiste-se pois á constituição dum sem número de regiões em ruptura com o Estado-Nação, com o hipercapitalismo e com o sistema técnico. Que forma irão tomar no futuro estas regiões de retaguarda? Poderemos imaginá-las como vanguardas dum movimento pluralista autogestionário ou, mesmo, como gérmenes duma nova civilização que se baseia na articulação entre elas dum sem número de formações anti-hegemónicas? É difícil dizê-lo. Como dizia esse bom velho Kropotkine: "O futuro não se legisla. Tudo o que se pode é adivinhar-lhe as tendências essenciais e desbravar-lhes o caminho."

Patrick Marcolini e Cédric Biagini
Trad. F. Melro (Offensive,22, Maio 2009 - atheles.org/offensive)

ÁLCOOL
E ANARQUIA!!!



ISTO VAI SOAR NO MÍNIMO PROVOCADOR. PARA MAIS VINDO DE UMA PUBLICAÇÃO CUJO NOME JÁ EM SI DESTILA, E SURGIDA NUM AMBIENTE – O CLUB ALJUSTRELENSE – ONDE CERTAMENTE NINGUÉM SE ATREVERÁ A CONTAR OS MILHARES DE LITRADAS QUE AÍ SE EMBORCA... MAS É EXACTAMENTE ESSE CONTRA-SENSO – LEVAR A CABO UM PROJECTO ANARQUISTA NO MEIO DE TANTAS GRADES DE MINIS – QUE TORNAM O ASSUNTO "ÁLCOOL E ANARQUIA" NÃO MENOS PRESTIGIANTE QUE OUTRA REFLEXÃO QUALQUER. TALVEZ POR ISSO MESMO AINDA MAIS PERTINENTE.

Contra-senso? A primeira provocação poderia estar dada, pelo menos para quem segura estas paginas numa mão e entorna o copo na outra… Explicitemos o contra-senso: uma perspectiva de vida anti-autoritária e libertadora, para resumir tout-court onde situamos a questão e o anarquismo, significa uma luta constante contra o domínio e a alienação à nossa volta. Outro chavão básico resume ainda que qualquer verdadeira mudança começa em ti mesmo. Pelo que a questão é: uma pessoa sóbria é mais livre que uma embriagada? A resposta é só por si demasiado óbvia. Propagar o controlo das nossas próprias vidas, dificilmente se adequa a um comportamento no qual perdes o teu auto-controlo.

Por muito que custe admiti-lo, certamente Gonçalves Correia se acometeria de espanto no Club ao observar que, no local onde casualmente levamos a cabo um projecto libertário que porta o seu nome, tenhamos que adequar a hora dos debates em função da hora e da clientela do bar, e de que mais tarde a própria essência das conversas se perca no imediato momento em que a cerveja se derramou sobre o texto do flyer distribuído à entrada de mais um concerto…Ao fim de contas, e ao fim da noite, o que se levou para casa? Uma valente ressaca ou o matutar de uma ideia que aquela banda ou conversa possa ter feito soar?

Indo às origens, desde cedo que o álcool mereceu a atenção dos anarquistas. Logo no congresso anarquista de Amesterdão em 1907 era apresentada uma moção contra o álcool, considerando que a sua influência nas ideias e modo de vida do indivíduo é de facto, um exemplo da autoridade exterior que os anarquistas desaprovam; pelo que o alcoolismo seria acima de tudo uma forma de autoritarismo e como tal contrária à ideia anarquista, que, inimiga de todas as medidas legisladoras, o deveria combater puramente pelos meios individuais. Esta moção no entanto nem chegou sequer ser votada, pois como explicou mais tarde Malatesta, a sua oposição, apesar de ninguém ter nenhuma hesitação em aprovar uma resolução contra o excesso do uso do álcool, devia-se à mesma condenar o seu uso moderado.

Precisamente nesse cenário recorde-se que no início do século as cervejarias de imigrantes alemães e irlandeses nos Estados Unidos, eram um fervilhar de discussão (entre canções) e propaganda anarquista. Mas já nas revoluções

postas em marcha, eram destruídos os armazéns de bebida em Kronstadt em 1917 e ao longo de toda a Guerra Civil Espanhola o obrero consciente era considerado o "anarquista dedicado que simbolizava o espírito e o conhecimento necessários para criar a nova Humanidade, evitava o jogo de cartas no bar, não entrava nos bordeis, não ia à missa, nem baptizava os seus filhos, e bebia com moderação". Um cartaz editado pelo Sindicato das Industrias Agrícolas, de Pesca e Alimentação da CNT-FAI, apresentava um entorpecido fumando, abraçado a uma garrafa, com um copo de vinho e um baralho de cartas em primeiro plano. A sua legenda era eloquente: "Trabalhador! O vício conduz-te ao desespero e à loucura. EVITA-O!"[I]. Segundo Bakunin a bebida representava a saída errada e mais fácil da degradante situação dos trabalhadores: "para escapar da sua situação dispõem de três caminhos, dois imaginários e um real. Os primeiros dois são a taberna e a igreja, libertinagem do corpo e libertinagem da mente; o terceiro é a revolução social".

Em Aljustrel, mais ou menos por volta dessas mesmas alturas, os mineiros anarco-sindicalistas promoviam conferências sobre os malefícios do álcool à emancipação social desejada, enquanto Gonçalves Correia exemplificava em Portugal o encontro da ideia social anarquista com o movimento naturista. Os pilares do mesmo assentes não apenas no vegetarianismo e numa alimentação racional, mas entre outros aspectos num modo de

«...O Álcool, como o prozac e todos os outros medicamentos de controlo da mente que fazem rios de dinheiro nos dias que correm para o Big Brother, substitui o tratamento da cura pelo tratamento dos sintomas. Afasta a dor de uma monótona e opaca existência por algumas horas, no seu melhor, e depois esta volta a dobrar.

É que não apenas substitui as acções positivas que iriam de encontro às raízes e causas do nosso desânimo: mas previne-as, à medida que gastamos mais energia focados em alcançar e recuperar do estado de embriaguez. Como o turismo para o trabalhador, beber é uma válvula de escape que liberta a tensão enquanto mantêm o sistema que a criou.

Nesta cultura sincronizada, habituamos a conceber-nos a nós mesmos como simples máquinas postas à disposição: somando-se-lhe a devida química à equação para obter o resultado desejado. Na nossa procura por saúde, felicidade, sentido de vida, corremos de uma panaceia para a seguinte – Viagra, Vitamina C, Vodka – em vez de abordarmos as nossas vidas holisticamente e dirigirmos os nossos problemas às suas raízes sociais e económicas. Esta mentalidade orientada pelo produto é a fundação da nossa sociedade de consumo alienada: sem consumir produtos, não podemos viver! Tentamos comprar relaxamento, confraternidade, auto-confiança – agora até o extâse vem num comprimido!

Nós queremos o extâse como um modo de vida, e não um fígado envenenado fruto de umas férias embriagadas da vida. "A vida é uma merda – embebeda-te" é a essência do argumento que nos entra pelos ouvidos vindo da boca dos nossos líderes e que depois passa pelas nossas próprias e turvas vozes, perpetuando uma qualquer incidental e desnecessária verdade a que se possa referir.

(...) O impacte social da obsessão do álcool da nossa sociedade é no mínimo tão importante como os seus efeitos económicos, emocionais e na saúde. O beber regula a nossa vida social, ocupando algumas das oito horas diárias em que estamos despertos e que não estejam já ocupados pelo trabalho ou pela escola. O beber situa-nos espacialmente – nas nossas salas de convívio, nos cafés, nos bares das estações de comboios, etc. — e contextualmente – em previsíveis e ritualizados comportamentos – de um tal modo eficaz que nenhum sistema de controlo o consegue equivaler. Por vezes quando um de nós consegue escapar ao papel de trabalhador/consumidor, o beber lá está, obstinadamente presente sobre o nosso colonizado tempo livre, para preencher o promissor espaço que se abriu. Livres dessas rotinas, poderíamos descobrir outras formas em usar o nosso tempo e energias e procurar prazer, outras formas que se poderiam provar perigosas para o sistema de alienação em si mesmo.

Claro que o beber pode eventualmente ser parte positiva de estimulantes relações sociais – o problema é que o seu papel central no corrente processo de sociabilizar e de socialização deturpa-o como sendo "o" pré-requisito para essas relações. Isso encobre o facto de que podemos criar semelhantes relações à nossa vontade com "nada" mais do que a nossa criatividade, honestidade e coragem. De facto, sem isso, nada de valor é possível obter (quantas vezes não estiveste numa festa má?) e com isso, o álcool não é necessário.»

crimethinc.com



vida assente na sobriedade e no cuidado salutar de cada indivíduo, no qual a crítica ao alcoolismo assumia uma evidente primazia. O jornal fundado por Gonçalves Correia "A Questão Social", em 1916 na vila da Cuba, alertava num artigo do médico naturista portuense Amílcar Sousa que "o vinho é um líquido nauseabundo que, pelo álcool, causa o desequilíbrio da razão e, pelos compostos que o formam, gera gastrites, enterites assim como produz males inúmeros de ordem moral"[II]...



Um século depois assistimos hoje – na razão directa do inegável aumento da alienação exercida sobre o individuo e do crescente receio tutelar de que as coisas saiam fora de controlo – a uma estratégia do Poder, até aqui inegavelmente eficaz, em potenciar e renovar os seus instrumentos de controlo das mentes. Para tal não foi preciso sequer inventar pafernálias de ficção cientifica – pese o mundo tecnológico e virtual não esteja precisamente longe disso mesmo –, mas prosseguir a velha receita dada aos indíos e rebeldes do velho (novo) mundo. É que uma das melhores receitas em acabar com a insurgência vem não só numa garrafa, como ainda se ganha muito, mas mesmo muito, à sua custa.

Pelo que o contra-senso do "anarquista" e do "anti-autoritário" com o álcool é por demais evidente: Se lhe se pergunta se o álcool "toma conta" dele; se o prazer é dele, ou se o prazer é-lhe dado (vendido) momentaneamente? Para que serve a euforia quando te dá força para implodires, e te impede de ir até às raízes dos problemas e explodir de vez com estes...

A questão é pois pertinente e não secundária, quando se toma uma posição com vista à destruição da opressão capitalista e à preparação de uma sociedade nova, na qual o ser humano possa desenvolver de maneira totalmente livre e em harmonia com a natureza todas as suas potencialidades. O assunto não tem vindo porém tão a lume. Das preocupações naturistas libertárias de outrora pouco parece ecoar no movimento anarquista um século depois, pelo menos no que toca ao livre desenvolvimento do individuo, apenas a expressão vegetariana e pouco mais... O naturismo, assim deixado de lado, não tardou a ser confundido e absorvido na amálgama new age, de novas espiritualidades, corpos sãos e discursos bio, sem qualquer dimensão social e confrontadora.

Mas se este é um problema no(s) movimento(s) de contestação um pouco por todo o lado, o mais importante aqui, para o entender e ultrapassar, é deixar de olhar a questão para dentro e notar que o alcoolismo é antes de mais um grande problema para os pobres deste mundo sejam eles quem forem. Pobres e excluídos sempre foram e serão a "classe da bebida", vacilando constantemente entre o poder destrutivo da vida e da esperança que o copo oferece, mas também encontrando sob o balcão o espaço de encontro que lhe permite expor o desalento e critica ao dia-a-dia que o oprime. E aí poderá estar o reverso da medalha destas próprias linhas.

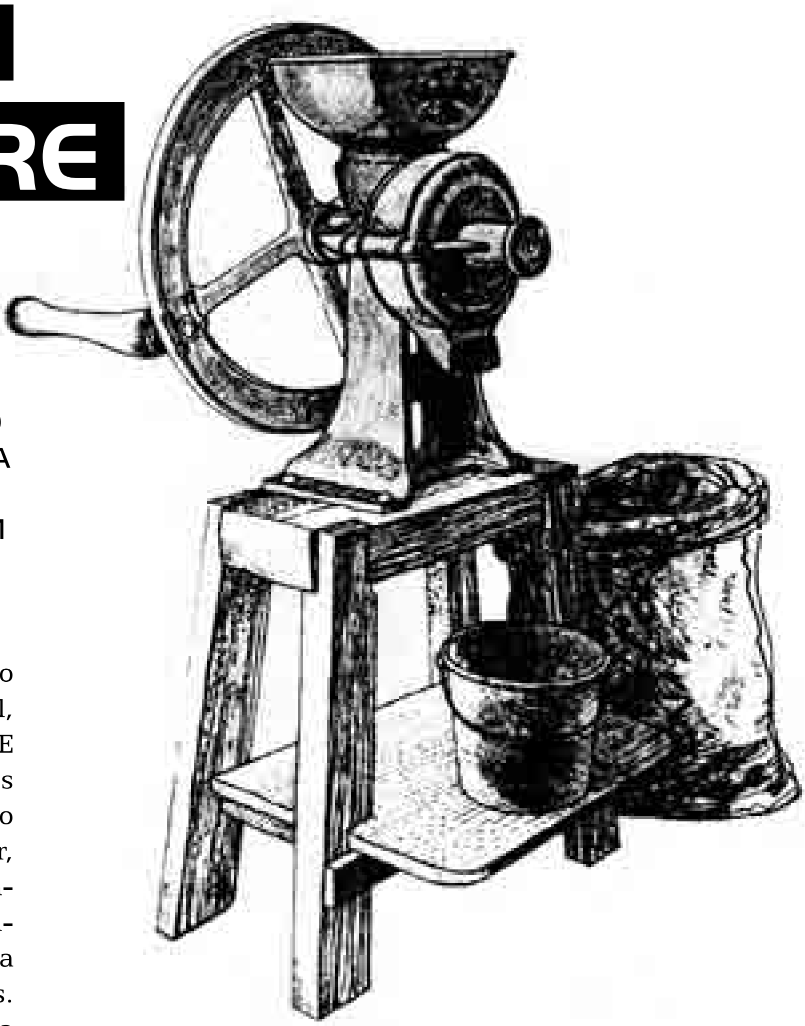
Pelo que aqui chegados não poderíamos, nem queremos concluir numa linear posição à abstinência. Saibamos ver o problema e saibamos nós próprios escolher. Da minha parte voltemos à conversa em torno de um bom vinho alentejano – ali de uma adega caseira de Ervidel ao invés do empacotado comercial de Reguengos. Possamos sem excessos processar todo o leque das nossas emoções e as causas que estão na base do alcoolismo e ganhar ferramentas pessoais e colectivas que nos dêem uma melhor e mais adequado estilo de vida. E que este possa combinar as necessidades e emoções de cada um com a rápida mudança que se impõe ao contexto social, económico e cultural que regulamenta, cria ou exacerba esse comportamento descomedido e cobarde que nos leva dia após dia a gastar as nossas energias e as nossas vidas a ver o mundo pelo fundo de uma garrafa... sem nunca a partir...

Filipe Nunes

[I] Lázaro Arbués, M. e Cortés Blancom M. "Anarquismo y lucha antialcohólica en la guerra civil española (1936-1939)"

[II] Franco, A. "A Revolução è a Minha Namorada. Memória de António Gonçalves Correia, anarquista alentejano"

PARA UMA CIVILIZAÇÃO DO GESTO NOBRE



A DEVASTAÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL ALASTROU-SE ATÉ ÁS FORMAS DE AGIR E DOS MODOS DE VIVER QUE CONSTITUÍAM UM MUNDO, O MUNDO DAS SOCIEDADES RURAIS. DE QUE FORMA PODEMOS CONCEBER A RECUPERAÇÃO DA CULTURA E DAS TÉCNICAS QUE FAZEM FALTA Á NOSSA AUTONOMIA?

Nunca se sublinhará bastante até que ponto a ruralidade, além de ser uma condição social, era uma forma e uma relação com o mundo. E quanto com ela se perderam, no Ocidente, os gestos que garantiam a nossa autonomia. Já não sabemos o que significa cortar, esculpir, atar, coser… e até caminhar, apoiar-se, avaliar, contemplar, respirar. Com o taylorismo e a organização científica do trabalho, a grande indústria construiu-se sobre um reducionismo dos gestos. Limitar até ao extremo a sua amplitude e a sua variedade, até ao ponto de acabar por substituir os mais simples reflexos naquilo em que eles tinham tido informados ao longo de milénios de experiência prática, naquilo em que eles eram a silenciosa linguagem do corpo no trabalho, a silenciosa linguagem do saber incorporado. Como escrevia Adorno: "A tecnização tornou lacónicos e frustres os gestos que fazemos, e da mesma forma igualmente os homens. Ela retira aos gestos toda a hesitação, toda a circunspecção e toda a subtileza. Ela submete-os às exigências intransigentes e, por assim dizer, privadas de história, que são as exigências das coisas[1]". Enquanto que produtos da indústria apenas exigem reacções aos estímulos que eles provocam, o trabalho dos homens e mulheres do campesinato, porque este se fazia numa relação directa com os materiais brutos, no contacto dos quatro elementos, exigia da sua parte um pleno exercício das faculdades corporais. Esses elementos, esses materiais eram o que resistia ao seu domínio, o que exigia uma demonstração de força e de delicadeza, uma moldagem á mão do homem. Era igualmente o que dava aos gestos de artesãos e de camponeses uma densidade poética. Porque se encontravam sob a marca do esforço, da fadiga, e porque eles sentiam permanentemente o valor de cada coisa, havia neles uma sensação de peso, do peso do mundo.

Os homens e mulheres amputados, que são os habitantes das grandes cidades, não só perderam o uso destes gestos (como se perde o uso dos seus membros) como perderam até no seu sentido íntimo. Ignoram aquilo de que são capazes. E esta ignorância não é insignificante para o seu desnudamento espiritual, para o sentimento de absurdo que tantas vezes se apodera deles.



Mais do que isto, esta perda, ou mais exactamente esta desapropriação, implica a sua total dependência face a um sistema técnico-industrial que providencia em seu lugar por todas as suas necessidades. Giono observava isto mesmo: "Empregam-se vinte homens diferentes para cortar, bater, enrolar e soldar uma caixa de lata. E estes vinte homens nem sequer têm contacto com a lata; sabem apenas fazer os gestos necessários para levar uma máquina a actuar em vez deles (...). Fora da fábrica, a três metros da sua máquina, não passam de seres inúteis. Se alguma catástrofe os privasse das suas muletas técnicas, morreriam de fome sem poderem garantir as suas vidas num mundo feito para as garantir"[II].

Mesmo sem falar de catástrofe, a reconquista duma autonomia passa actualmente portanto pela reapropriação das habilidades e das aptidões que se dispersaram aos quatro ventos com o desaparecimento da civilização rural.

Mas também passa por um pôr em causa certos modelos de pensamento próprios do movimento libertário que poderiam constituir obstáculos para se chegar a essa reapropriação.

UMA CULTURA DA POBREZA

Assim é, por exemplo, o problema da pobreza, intimamente ligado ao problema do trabalho manual. "A cultura rural é uma cultura do pouco, em que o cuidado com as coisas se sobrepõe ao benefício que delas se retirar", escrevia há alguns anos o Movimento Direito Camponês[III]. Para o anarquista preocupado em situar-se o mais perto possível das realidades sociais e dos modos de vida, haveria que meditar na oposição entre miséria e pobreza que, entre outros, foi estabelecida por Péguy, Camus ou Pasolini, e que hoje foi retomada por autores como Majid Rahnema[IV]. Isto levá-lo-ia sem dúvida a revalorizar a pobreza enquanto tal, contar a miséria e a riqueza produzidas simultaneamente pelo capitalismo, a reconsiderar o fracasso global do movimento operário que, ao ter identificado emancipação e partilha das "riquezas", não fez mais que acompanhar o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e a sua tendência para a produção de massa. François Partant insistiu no facto de que, para as sociedades arcaicas (nomeadamente as rurais), a pobreza podia ser também uma opção: "A opção de manter um equilíbrio entre o grupo social e o seu território cujos recursos são sempre limitados. Ou, ainda, a opção de manter um outro equilíbrio entre os membros do grupo social, evitando que o crescimento de riqueza favoreça as desigualdades entre eles, em detrimento da coesão do grupo". Assim, as sociedades rurais davam mais importância ás relações dos homens entre si e com o seu meio ambiente do que ás relações com as coisas e com o dinheiro que lhes mede o valor[V].

TER, SABER, PODER

A revalorização da pobreza e da ruralidade incita a romper com o velho sonho do comunismo como reino da abundância, no qual é possível detectar um fascínio culposo face ao poder de produção da indústria moderna. Mas será que isto implique uma ruptura com a própria ideia comunista? Proudhon já insistira nos germes da tirania presentes em toda a concepção absolutista do comunismo: defender a abolição pura e simples da propriedade é preparar a total subordinação do indivíduo á colectividade. Ao contrário, a vocação da classe rural é a autonomia: produzir o que se consome, consumir o que se produz e viver por si próprio. A pequena propriedade agrícola em que radica este modo de vida é, pois, em certo sentido, o contra-modelo da sociedade actual. De facto, esta baseia-se na troca generalizada, a tal ponto que o próprio conceito de capitalismo parece fracassar em dar-se conta disto: enquanto a palavra "capital" evoca a imagem duma massa compacta que se constrói por acumulação e tesourização, a economia é essa potência líquida que se expande por todo o lado e tudo arrasta consigo,

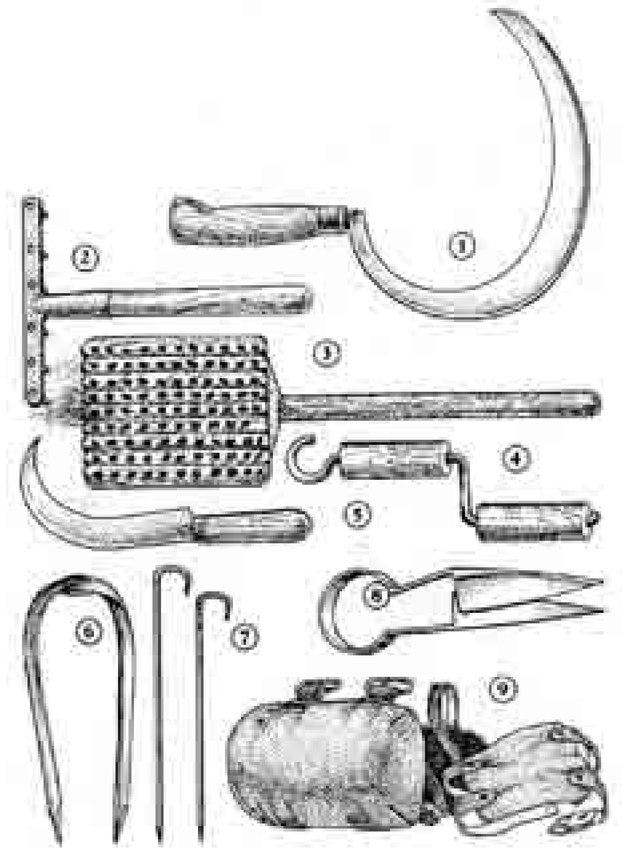
inclusive toda a forma de posse real (por meio dos créditos, das taxas, da especulação, etc.). O que importa contrapor-lhe é, pois, um conceito pluralista e "rural", assente na manutenção da pequena propriedade privada, moderada pelo reconhecimento das comunas na sua mais ampla extensão: a pequena propriedade privada por ela ser garantia de independência e porque ela fomentar a confiança em si mesma, bem como o sentido das responsabilidades indispensáveis para o estabelecimento duma sociedade autogeridaVI; as comunas porque elas permitem a todos usufruir de substâncias gratuitas sem ter que passar pelo mercado e pelas mediações monetáriasVII. Enfim, este pluralismo completar-se-ia com uma forma de propriedade colectiva por associação, baseada no modelo de Proudhon, onde seria necessário o trabalho coordenado de várias pessoas.

DO GESTO NO MUNDO

Finalmente, a observação atenta e escrupulosa da religiosidade rural deveria incentivar o movimento anarquista a aprofundar o seu ponto de vista acerca da questão religiosa. Rir facilmente acerca das superstições e a beatice no meio rural é esquecer que a religião é quase sempre algo que se faz, do que uma coisa em que se crê. Por outras palavras, a sua essência está nos ritos e é porque a civilização rural se baseava no gesto aprendido e ensinado[VIII] que ela era também uma civilização do ritual e da tradição. E, enquanto tal, a religião era sobretudo a magnificação da comunidade humana e da ligação entre o homem e os ritos naturais. Seria, portanto desejável evitar o duplo obstáculo do ateísmo cego e da indulgência para a fé dos pobres, rearticulando a crítica racional da religião com uma compreensão afectiva do seu conteúdo ético e estético. Como dizia o escritor anarquista Kenneth Rexroth: nas festas, nas cerimónias e nos rituais religiosos, o que se faz entender é o "eco da mais antiga das respostas ao ciclo dos anos, das estações que mudam, aos ritmos da vida animal e humana". E pouco interessa se a comunhão ou o matrimónio são absurdos dum ponto de vista ateu: "Em certa altura, terá havido este reconhecimento, nem que fosse apenas simbólico, de que mesmo a vida mais pobre e monótona tem uma importância transcendente, e de que nenhum indivíduo é insignificante."[IX] Agir como libertário consistiria assim em despojar da sua capa religiosa a questão da comunidade, para lhe receber o núcleo gestual e tradicional, do qual encerra todo um mundo de valores, de usos e costumes perfeitamente dignos de estima.

Patrick Marcolini

Trad. F. Melro (retirado da revista francesa Offensive, nº22, Maio 2009 – atheles.org/offensive)



[I] Minima Moralia, Réflexions sur la vie mutilée (1951), Payote, 2003, p.49.
[II] Jean Giono, Le Pois du Ciel (1938), Gallimard, Folio, 1995, p.181
[III] M. Ots, F. Buendia, B. Gilet e B. Mésini, Feuilles paysannes, Pli Zetwal, 2001
[IV] Majid Rahnema, Quand la misère chasse la pauvreté, Actes sud, Babel, 2004
[V] Deste ponto de vista, as festas tinham também por função delapidar as sobras de produtos que surgiam depois da formação das reservas habituais. (François Partant, La ligne d'horizon [1998], La Decouverte, 2006, p.34-35)
[VI] Ver as análises de Christopher Lasch sobre a pequena propriedade como base das virtudes cívicas em "Le Seul et Vrai Paradis" e "La Révolt des elites". Flammarion, 2006 e 2007.
[VII] Sobre o conceito de "comunas" ver Ivan Illich, "Dans le miroir du passe. Conférenes et discours", 1978-1990, Descartes & Cie, 1994.
[VIII] É a tese sobre a qual o antropólogo rural Marcel Jousse elaborou toda a sua obra, "L'Antropologie du geste", Gallimard, 2008.
[IX] Citado por Ken Knabb, "Éloge de Kenneth Rexroth", ACL, 1997,p. 37-38.





MASSEY FERGUSON

Letras

Destruição é o que cultivo na minha cabeça

Pensas que a puta da vida
é facil e decidida
ninguem te irá dar valor
mesmo que trabalhes a vida inteira
tantos que já tentaram lutar contra este sistema fodido
foram eles os primeiros a dar-se por vendidos

Destruição é o que eu cultivo na minha cabeça
tirar-te a vida é o objectivo que existe nas minhas mãos

Muitos que eram honestos trabalhadores
hoje são uns fascistas ditadores
mas eu não me deixo dominar pelo estado
que tenta a todo o custo tirar a terra mãe
De sol a sol eu cavo, de sol a sol eu cuido
pra conseguir alimentos sem ser roubado e contaminado

Terra

Terra onde se nasce, se vive, se trabalha
onde se sofre e se morre

Terra onde as pessoas se fortalecem do sol
onde o pão é a base da alimentação
onde o homem vale menos que sete palmos de terreno
onde um dia repousará

Terra deserdada, manipulada, terra madrasta
de um povo subjugado pelo egoismo dos grandes agrários

Povo sem esperança, povo pobre e enraizado
povo explorado com os cornos no arado

e a alma enterrada na terra sagrada
dos pobres coitados que ñ teem nada

A tua vida não te pertence

A tua a vida não te pertence
é do xulo do teu patrão
que engordas todos os dias
para ganhares um tostão

Por status e ordenados
por uma possivel melhoria
esperas na fila com a ilusão
de seres rico um dia

Carro casa e famila
e um emprego bem remunerado
ficas pronto para seres mais um
escravo do estado

Nunca te passou pela cabeça
em teres uma vida diferente
deixares de ser comida para tubarões
e começares a ser auto suficiente

imagina uma folha de terra
tu seres o teu próprio patrão
cultivares para comeres
e não correres atrás de nenhum cifrão

Ripostar a Zagalote

Nunca tivemos um berço de ouro, nem precisámos
Crescemos com a vida fudida e superamos
Todos os desafios que apareceram inesperados
Porque lutamos dia apos dia

Agora é a nossa vez de ripostar
Ouve esta merda porque te vou calar
Se te armas em esperto vou te rebentar
O cabrão do zagalote vou por a funcionar
E os teus miolos vou ver estoirar

Agora pensa no que podes mudar
Puxa pela cabeça e não tentes copiar
Acreditamos no que é feito por nós
Destruimos o que vem contra nós





Biografia MASSEY FERGUSON

A ideia surgiu pelo Caffi, ainda nos tempos de Exkumalha, e veio a tornar-se realidade em 2008 em Ferreira do Alentejo. Na altura éramos, eu (Baluga) ex tempos de Revolta na bateria, Caffi nas vozes, Joel no baixo, ambos ex Exkumalha e Piksu ex Disgraça e Tempos de Revolta na guitarra, que após dois ou três ensaios sai e entra o João de I.A.C. para a guitarra. As coisas começam a funcionar bem e junta-se um pouco mais tarde o Xavier ex Exkumalha na guitarra, e tocando algumas vezes com esta formação junta-se o Jorge ex Disgraça nas vozes.

A ideia principal por detrás dos MASSEY FERGUSON ATTACK, é dar a ver a realidade de quem vive, trabalha e morre no Alentejo, cada vez mais às mãos dos latifundiários espanhóis, e de outros tantos portugueses que pela ganância do dinheiro vendem todas as terras, que vinham de geração em geração, passadas de pais para filhos. Hoje em dia perdeu-se tudo para as mãos de quem apenas quer tirar lucro da terra não olhando a meios, ao abuso de químicos no solo, á exploração dos trabalhadores, que acabam por se deixar "pisar" por meia dúzia de euros mal batidos ao final do mês... Se antes quem trabalhava no campo era trabalho de analfabetos hoje em dia, os pais fazem tudo para os filhos serem doutores, engenheiros etc. É mal visto quem trabalha na terra e produz. O trabalhar com as mãos não é algo "digno" na nossa sociedade. Basta ver o futuro que os pais querem para os filhos que é bem longe da terra.

Tudo isso revolta-nos, no fundo todos nós, membros da banda trabalhámos ou trabalhamos no campo, vivemos do que a terra nos dá, e é isso que queremos manter, a nossa terra, a terra dos nossos antepassados que sustentou famílias enormes, e que hoje pertence a meia dúzia de "gulosos". Sem sermos uma banda política, acabamos por o ser, de uma maneira ou de outra. Alguns membros não se sentem virados para a política, mas como banda existe essa consciência social e tentamos passar a mensagem de que muita coisa vai mal aqui no nosso Alentejo, continua a exploração, a mão-de-obra barata. Felizmente ainda há pessoal que vive e respeita a agricultura como antigamente, respeitando a terra e os ecossistemas que nela vivem, produzindo apenas o necessário e não excessos que levam a ruptura total da terra. Um dia quando houver uma verdadeira crise, ou uma greve dos fornecedores por exemplo, esses mesmos que trabalham a terra e só colhem o necessário vão ter o que comer, sem gastos excessivos. Enquanto quem diz viver da agricultura e apenas se aproveita dos subsídios para comprar vivendas no Algarve e bons jipes para mostrarem que tem dinheiro e são poderosos, esses depois comem da sua mesma arrogância, a decadência deles próprios. Numa das nossas letras de título "A esperança não existe neste mundo de merda" abordamos isso, não que não haja esperança, mas neste mundo nesta realidade que vivemos, ou algo muda e muda rápido ou a esperança que ainda temos acaba por se diluir aos poucos. No fundo é um grito de alerta, um grito de consciencialização por assim dizer.

Quem passa pelo Alentejo vê, grandes extensões de terra cultivada de oliveiras, umas de cultivo intensivo outras não, terras que absorvem grandes quantidades de químicos todos os dias, despejos ilegais nas ribeiras, sem esquecer que essas mesmas oliveiras são seres vivos, tudo isso revolta-nos, e muito. No tempo de Salazar era o trigo, hoje são as oliveiras, amanhã será apenas um deserto de terra infértil e tudo o que isso acarreta. Os políticos não se importam querem é ver as estatísticas de desemprego baixarem, mas aqui a vida está hipotecada, em troca de um mísero ordenado. A maioria ainda não viu ou não quer ver o que é necessário ao homem é o alimento e não o petróleo, é a harmonia e não as guerras, é o respeito e não fingir que meio mundo está bem e a outra metade nem existe.

http://www.myspace.com/masseyfergusonattack



S

SUGESTÕES

Casa Viva
praça marquês pombal 167 porto
casa-viva.blogspot.com
Centro de Cultura Libertária/
Revista Húmus
R. Cândido do Reis, 121, 1º Dto - Cacilhas Almada -
culturalibertaria.blogspot.com
Terra de Ninguém
rua do salvador 56 Lisboa
terradninguem.blogspot.com

Espaço Musas
rua do Bonjardim 998 Porto
musas.pegada.net
Terra Viva
rua dos Caldeireiros, 213 Porto
terraviva.weblog.com.pt
KyläCancra - Setúbal
C.O.S.A. - Setúbal
Livraria Letra Livre
Calçada do Combro 139 Lisboa - letralivre.com

Livraria Utopia
r. da Regeneração, 22 (Praça da República) Porto
INFORMAÇÃO:
redelibertaria.blogspot.com
pt.indymedia.org
PUBLICAÇÕES:
Raividições - raividita.blogspot.com
Revista Utopia - Apartado 2537-1113 - Lisboa - utopia.pt
Jornal Coice de Mula - Apartado 21477 - 1134 - Lisboa